

COLETÂNEA REAL CONHECER

Multidisciplinar

*Volume 3
2022*

uniatual
EDITORA

COLETÂNEA REAL CONHECER

Multidisciplinar

*Volume 3
2022*

uniatual
EDITORA

© 2022 – Uniatual Editora

uniatual.grupomultiatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694m Coletânea Real Conhecer: Multidisciplinar - Volume 3
/ Jader Luís da Silveira (Organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2022. 102 p.: il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86013-04-7

DOI: 10.5281/zenodo.6346769

1. Coletânea. 2. Multidisciplinar. 3. Saberes. 4. Conhecimentos. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4

CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://uniatual.grupomultiatual.com.br/2022/03/coletanea-real-conhecer.html>



AUTORES

**ALESSANDRO ALVES SANTOS
AMANDA BATISTA DO NASCIMENTO SOUZA
ANDERSON FUNAI
ANDRESSA VENDRUSCOLO DOS SANTOS
CARMEM KISTEMACHER BARCHE
CLAUDIO NEVES LOPES
DARIANE DUARTE
EMILIO DOS SANTOS AGUIAR
FERNANDA CRISTINA BARBOSA PEREIRA QUEIROZ
GUILHERME LARANJEIRA MENDONÇA OLIVEIRA
ISABEL CRISTINA SCHWEIG
JACKELINE DOS SANTOS BATAGLIA
JAINE MEURER
JULIA CANCI
LEONARDO DAMASCENO
MARCELA MARTINS FURLAN DE LEO
MARCUS VINICIUS PERALVA SANTOS
MARIA DO CARMO DUARTE FREITAS
MARIANA RITA DE PAULO
MARLENE TAMANINI
MICHELE ABIB PERNICE
MIRIAN REVERS
RUTIELEN DOS SANTOS SOUZA
TAYNÁ KALINDI LIMPIAS VIEIRA DA ROCHA LEITE
WILGNER GABRIEL ALBUQUERQUE**

APRESENTAÇÃO

A obra “Coletânea Real Conhecer: Multidisciplinar - Volume 3” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este e-book conta com trabalhos científicos interdisciplinares, aliados às temáticas das práticas ligadas a inovação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DESENVOLVIDO POR ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA EM UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA <i>Mirian Revers; Emilio dos Santos Aguiar; Andressa Vendruscolo dos Santos; Jaine Meurer; Leonardo Damasceno; Julia Canci; Marcela Martins Furlan de Leo; Anderson Funai</i>	8
Capítulo 2 A REFLEXIVIDADE NA MATERNIDADE APEGADA: NARRATIVAS DE SI E DO CUIDAR EM DISPUTA <i>Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha Leite; Marlene Tamanini</i>	16
Capítulo 3 ANÁLISE COMPARATIVA DO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE DOIS MUNICÍPIOS <i>Guilherme Laranjeira Mendonça Oliveira; Jackeline dos Santos Bataglia</i>	34
Capítulo 4 AS VERTENTES POSITIVAS DO MARKETING ESTRATÉGICO PARA O MERCADO COMPETITIVO <i>Alessandro Alves Santos; Amanda Batista Do Nascimento Souza; Darlane Duarte; Claudio Neves Lopes; Michele Abib Pernice</i>	47
Capítulo 5 BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM PORTADORES DE FIBROMIALGIA <i>Rutielen dos Santos Souza; Marcus Vinicius Peralva Santos</i>	57
Capítulo 6 ENFITEUSE E O DIREITO DE SUPERFÍCIE: A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE POR MEIO DE USUCAPIÃO <i>Isabel Cristina Schweig; Wilgner Gabriel Albuquerque</i>	61
Capítulo 7 VÓRTICES IMPOSTAS PELA COVID-19: ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>Maria do Carmo Duarte Freitas; Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz; Carmem Kistemacher Barche</i>	68
Capítulo 8 AS POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE <i>Mariana Rita de Paulo</i>	86
CURRÍCULOS DOS AUTORES	97

Capítulo 1

**ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DESENVOLVIDO
POR ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA EM
UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Mirian Revers

Emilio dos Santos Aguiar

Andressa Vendruscolo dos Santos

Jaine Meurer

Leonardo Damasceno

Julia Canci

Marcela Martins Furlan de Leo

Anderson Funai

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO DESENVOLVIDO POR ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA EM UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mirian Revers

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
mirianrv1104@gmail.com

Emilio dos Santos Aguiar

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
emilioaguiar2@gmail.com

Andressa Vendruscolo dos Santos

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
andressavendruscolodossantos@gmail.com

Jaine Meurer

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
meurer67@gmail.com

Leonardo Damasceno

Graduando em Medicina pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
leonardodamasceno@hotmail.com.br

Julia Canci

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS,
canci.julia@gmail.com

Marcela Martins Furlan de Leo

Enfermeira, Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Universidade
Federal da Fronteira Sul-UFFS, marcela.leo@uffs.edu.br

Anderson Funai

Enfermeiro, Doutor em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, anderson.funai@uffs.edu.br

Resumo: O presente relato de experiência tem como objetivo descrever as práticas desenvolvidas por Acompanhantes Terapêuticos enquanto agentes transformadores na saúde. Os pacientes-alvo eram indivíduos em sofrimento psíquico e/ou dependência química que estavam como residentes no dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial denominado Unidade de Acolhimento, ou seja, pacientes que possuíam vínculos familiares fragilizados e/ou em risco social. Esse trabalho foi realizado através de um projeto de extensão nos serviços de rede de atenção psicossocial e, para oferecer aos pacientes um novo olhar sobre a realidade vivenciada e, conseqüentemente, auxiliar no processo de reabilitação psicossocial, foram utilizadas metodologias que visavam tornar os participantes seus próprios agentes modificadores no processo de saúde-doença. O projeto buscou ainda, explanar as potencialidades e fragilidades enfrentadas pelo Acompanhante Terapêutico durante o planejamento e execução das atividades propostas. As potencialidades encontradas foram a criação de um vínculo diferente do que o estabelecido pela equipe multidisciplinar que já os acompanhavam, a liberdade que a vivência oferecia e o desenvolvimento de habilidades já existentes. Em relação as fragilidades, destaca-se a particularidade de cada sujeito, em que muitas vezes fazia com que o contato não possibilitasse uma relação mais consistente. Além disso, o tempo de realização de projetos como esse deve ser entendido como algo prolongado, uma vez que a criação de uma conexão entre acompanhante-acompanhado se dá de uma forma mais longínqua. Nesse sentido, o acompanhamento terapêutico surge como uma estratégia de intervenção complementar que visa ressignificar as atividades cotidianas do paciente se opondo às práticas tradicionais como modelos asilares de tratamento indo ao encontro da reforma psiquiátrica e sanitária.

Palavras-chave: Acompanhante Terapêutico. Saúde Mental. Extensão. Atenção Psicossocial.

Abstract: This experience report aims to describe the practices developed by Therapeutic Companions as transforming agents in health. The target patients were individuals in psychological distress and/or chemical dependence who were residents in the Psychosocial Care Network device called Shelter Unit, that is, patients who had fragile family ties and/or were at social risk. This work was carried out through an extension project in the psychosocial care network services and, in order to offer patients a new look at the reality experienced and, consequently, to assist in the psychosocial rehabilitation process, methodologies were used that aimed to make the participants their own. modifying agents in the health-disease process. The project also sought to explain the strengths and weaknesses faced by the Therapeutic Companion during the planning and execution of the proposed activities. The potentialities found were the creation of a different bond than that established by the multidisciplinary team

that already accompanied them, the freedom that the experience offered and the development of existing skills. In relation to weaknesses, the particularity of each subject stands out, in which contact often prevented a more consistent relationship. In addition, the time taken to carry out projects such as this one must be understood as something prolonged, since the creation of a connection between the companion-accompanied person takes place in a more distant way. In this sense, therapeutic accompaniment emerges as a complementary intervention strategy that aims to resignify the patient's daily activities, opposing traditional practices as asylum models of treatment, in line with the psychiatric and health reform.

Keywords: Therapeutic Companion. Mental health. Extension. Psychosocial Care.

INTRODUÇÃO

O Acompanhamento Terapêutico constitui um importante instrumento de integração de projetos assistenciais centrados na atenção psicossocial. Suas ações se inserem como práticas opostas aos modelos asilares de tratamento, alinhando-se às propostas da reforma psiquiátrica e sanitária. Além disso, tem sido utilizado por profissionais de saúde como forma de reconstruir identidades, integrar pessoas, reduzir a ansiedade e proporcionar a construção da autoestima. Nesse tipo de abordagem, o Acompanhante Terapêutico (AT) atua principalmente como modelo e estímulo para o paciente. Nesse contexto, essa prática se deu a partir de um projeto de extensão que objetiva implementar o Acompanhamento Terapêutico nos serviços de rede de atenção psicossocial de Chapecó, além de promover a educação permanente em saúde e a integração ensino-serviço. As atividades de AT foram desenvolvidas em uma Unidade de Acolhimento (UA), este equipamento socioassistencial tem como objetivo fornecer segurança integral a pacientes do CAPS AD III do município, que estejam com vínculo familiar prejudicado e próximo a sua comunidade de origem.

OBJETIVO

Desta forma, objetiva-se relatar as potencialidades e as dificuldades vivenciadas pelos Acompanhantes Terapêuticos durante as atividades realizadas com um residente diagnosticado com esquizofrenia e tabagismo, bem como, descrever as emoções e percepções experienciadas durante as intervenções.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciada no segundo semestre de 2021, vinculado ao Projeto de Extensão: Acompanhamento Terapêutico em Saúde Mental na Rede de Atenção Psicossocial de Chapecó. Este projeto é financiado pela Pró Reitoria de Extensão e Cultura e conta com a duração de 6 meses. As atividades práticas foram desenvolvidas na Unidade de Acolhimento. Os estudantes, também denominados como Acompanhantes Terapêuticos, possuem carga horária de dedicação ao projeto de 20 horas semanais, sendo 10 horas em atividades presenciais junto aos residentes, 4 horas semanais em atividades administrativas do projeto e as outras 6 horas em períodos de estudo e educação permanente em serviço.

No decorrer do projeto os bolsistas realizaram acompanhamentos dentro da unidade, além de saídas da unidade a fim de promover a saúde de forma completa nas dimensões clínica, religiosa/espiritual e psicossocial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após um período de quinze dias de adaptação na UA, com objetivo de promover aos ATs o conhecimento do local e de seus residentes, tal qual o entrosamento com os mesmos, os ATs foram instigados a propor intervenções junto aos residentes. Nesse contexto, as atividades relatadas a seguir foram desenvolvidas com um residente com diagnóstico de esquizofrenia e tabagista.

Foi realizado um passeio de aproximadamente duas horas com o residente, pois o mesmo havia demonstrado interesse em visitar sua falecida mãe no cemitério da cidade. Abraçada a essa ideia vimos a oportunidade de então, aplicar a intervenção terapêutica com a intenção de potencializar uma dimensão simbólica no cotidiano do acompanhado. No decorrer do percurso o mesmo se mostrou entusiasmado e comunicativo, abrindo possibilidade de diálogo sobre sua família, bem como, relatos de como sua mãe faleceu e o quanto se sentia perdido e deprimido sem sua presença, provocando então no AT muitos questionamentos para compreender melhor sobre o enfrentamento efetivo desta problemática. Ao chegar no local onde encontra-se o túmulo de sua falecida mãe, o acompanhado recitou poemas, cantou algumas músicas evangélicas e contou-nos várias histórias vividas com sua familiar,

expressando claramente uma sensação de perda muito grande. Para além disso o passeio com o acompanhado possibilitou-nos uma ampla compreensão para novas intervenções, a partir de uma simples aproximação significativa externa.

Em outra oportunidade, o mesmo residente demonstrou interesse em retomar suas rotinas religiosas, assim dois ATs se dispuseram a acompanhá-lo até uma determinada instituição religiosa, a qual o mesmo já frequentava anteriormente. Foi acordado com o residente um horário de saída fixo para estar no local a tempo do início da reunião, a ida para este evento religioso era visto pelo paciente como uma tentativa de largar o vício em tabaco, já que este hábito vai contra a fé do mesmo. O residente se mostrou muito aberto durante o percurso relatando muitos momentos difíceis que vivenciou, e ficando irritado durante estas falas, gerando dificuldade de manuseio e ressignificação das informações pelo AT.

As reuniões religiosas aconteciam nos domingos à tarde tendo duração de uma hora e o tema era “a libertação dos vícios através da fé”, a atividade é ministrada por um Pastor e alternando entre momentos de música, leitura e discursos. Ao chegar no local, o residente apresenta um aspecto calmo, cessando as falas anteriormente citadas, durante a atividade na igreja o residente interage com pessoas de fora, porém nestes momentos é perceptível que a fala do mesmo se acelera e fica de difícil compreensão. A ida ao culto gera felicidade e uma sensação de pertencimento ao residente, isso após a saída do local, ficando evidenciado pela sua fala e por comentários dos profissionais da UA.

Outra atividade realizada pelos ATs com o residente citado acima foi a ida a uma Unidade Básica de Saúde devido um enjoo noturno recorrente. Durante a tarde, o acompanhante e o residente se deslocaram a pé até o posto e lá foi realizada uma consulta médica. Nesta ação foi possível observar a dificuldade de comunicação do mesmo devido a fala acelerada e a ansiedade aparente durante a conversa com pessoas de fora do seu ciclo social cotidiano, além disso foi notado uma dificuldade em esperar, visto que até o momento de ser atendido o paciente parecia inquieto e expressou o desejo de desistir, pois queria retornar para casa.

CONCLUSÃO

Esta é a primeira experiência com a oferta de AT nos serviços de saúde mental

no município de Chapecó. Essas primeiras experiências demonstram que essa modalidade terapêutica é de extrema importância pois a partir do início do projeto, a equipe profissional da UA relatou mudanças no estado mental dos residentes. O vínculo foi fortalecido e os atendimentos foram permitindo tomar conhecimento de aspectos da história de vida dos residentes que até então não haviam sido compartilhados. Ressalta-se a importância da prática do acompanhamento terapêutico na rotina dos serviços de atenção psicossocial, uma vez que, foi possível observar durante o andamento das atividades e no decorrer do projeto os benefícios dessa prática na saúde dos residentes. Apesar das fragilidades encontradas no desenvolvimento das atividades, entre outros fatores como as questões financeiras para o deslocamento, a instabilidade de humor e dificuldades físicas muitas vezes apresentadas por eles. Ainda assim, foi possível obter resultados muito positivos ao fim das atividades propostas, como por exemplo: a diminuição na quantidade de cigarro/tabaco consumido, melhora do humor e gratidão evidenciada através de falas dos residentes em ter desfrutado aqueles momentos em companhia do AT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Amanda; RACIONI, Thais; PIO, Danielle. Acompanhamento Terapêutico: Concepções e Possibilidades em Serviços de Saúde Mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**,

[s.], 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/45VS7XkkJQWGhYmpX69BDLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2021.

KIRSCHBAUM, Débora Isane Ratner, ROSA Tatiane Morelati. Os trabalhadores de enfermagem como acompanhantes terapêuticos de um centro de atenção psicossocial. **Rev Esc Enferm USP** 2003; 37(1): 97-106. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Cms5bbRrdmP7CsnrxFyxMSr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

NETO, Acioli; AMARANTE, Manoel de Lima e; CARVALHO, Paulo Duarte de. O acompanhamento terapêutico como estratégia de cuidado na atenção psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2013, v. 33, n. 4, p. 964-975, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400014>. Acesso em: 11 out. 2021. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400014>.

PELÚCIO, Lyvya Mendes; SILVA, Janne Cristina de Araújo; SOUZA, Ricardo Ângelo de Andrade. A importância do acompanhamento terapêutico como estratégia de intervenção auxiliar à clínica tradicional. In: FARIAS, Gilmar Alves de; SILVA, Janne Cristina de Araújo; SANTOS, Maria José Costa dos; MATOS, Fernanda Cíntia Costa (orgs.). ...**Uma gota de conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 265-287. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48257>. Acesso em: 14 out. 2021.

YAEHASHI, Márcia Shiguemi. **Percepções e sentimentos do Acompanhante Terapêutico de pessoas com sofrimento psíquico**. São Paulo, 2013.

Disponível em:

[http://tede.ung.br/bitstream/123456789/481/1/M%EF%BF%BD%EF%BF%BDrcia+Shiguem i+Yaegash](http://tede.ung.br/bitstream/123456789/481/1/M%EF%BF%BD%EF%BF%BDrcia+Shiguem+Yaegash). Acesso em: 12 out. 2021.

Capítulo 2

A REFLEXIVIDADE NA MATERNIDADE APEGADA: NARRATIVAS DE SI E DO CUIDAR EM DISPUTA

Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha Leite

Marlene Tamanini

A REFLEXIVIDADE NA MATERNIDADE APEGADA: NARRATIVAS DE SI E DO CUIDAR EM DISPUTA

Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha Leite

Gerente de Projeto na ONU Mulheres Brasil, Mestra em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Contato: tayna@selfdh.com

Marlene Tamanini

Professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade. Contato: tamaniniufpr@gmail.com.

Resumo: É a partir da perspectiva da literatura feminista sobre maternidade e cuidado que este trabalho apresenta análises do conteúdo de nove entrevistas que relatam a experiência de mães adeptas da criação com apego. Nos propomos a compreender de que forma estas práticas e vivências relatadas se organizam reflexivamente e como se fundamenta, neste contexto, a narrativa do materno destas mulheres. Além de olharmos para as concepções e experiências vividas e narradas pelas entrevistadas, nos debruçamos sobre a significação que sustenta tal experiência de cuidar, e como se dá a sua vinculação com a comum essencialização da maternidade nos mais variados campos, incluindo a Medicina e a Psicologia, mas também o senso comum. O estudo se desenvolve a partir dos debates feministas sobre maternidade e se foca sobretudo na epistemologia feminista à luz de uma perspectiva *butleriana* que nos brinda com os conceitos de interpelação e reconhecimento, fundamentos a partir dos quais interpretamos os conteúdos das experiências e o lugar reflexivo da agência destas mulheres que constroem a criação com apego. Consideramos ser essencial expandir as reflexões do campo, analisando como esses discursos do cuidado apegado operam sobre as práticas femininas e maternas, como os relatos que estas mulheres fazem sobre si, operam conjuntamente na realidade material do cuidar, em uma perspectiva que vislumbre o direito ao bom cuidado, sem que isto implique na sobrecarga, manutenção ou aprofundamento das desigualdades sustentadas na feminização do cuidado significa questionar os fundamentos deste modelo de criação. Concluímos que atribuir à mãe a responsabilização por toda a conformação física e psíquica de uma criança assenta e requebra bases de uma perspectiva familista, heteronormativa, essencializadora, que pode ser considerada despolitizada e antifeminista mesmo que se apresente, algumas vezes, como o oposto disso.

Palavras-chave: Maternidade; criação com apego; cuidado; feminismo.

Abstract: With a feminist perspective and as of the literature on motherhood and care this work presents analyses of the experiences of nine interviews with mothers' who are adept of the attachment parenting philosophy. We aim to understand how these practices and experiences are reflexively organized, and how the narrative of these women's mothering is constructed in such context. In addition to looking at the conceptions and experiences lived and narrated by these women, we focused on the meaning that sustains such experience of caring, and how it is linked to the common essentialization of motherhood in the most varied fields, including Medicine and Psychology. but also, the common sense. The study is developed from the feminist debates on motherhood and focuses mainly on the feminist epistemology considering a *butlerian* perspective that offers us the concepts of interpellation and recognition, grounds out of which we interpret the contents of experiences and the reflective place of agency that build the attachment parenting of these women. We consider it is essential to expand the reflections of the field, analyzing how these discourses of attachment parenting operate on female and maternal practices, as the account that these women give about themselves, operate together in the material reality of care, in a perspective that envisions the right to care and to receive good care, without this implying the overwhelm, maintain or deepen of inequalities sustained in the feminization of care means questioning the foundations of this model of creation. We conclude that attributing the responsibility to the mother for all the physical and psychological conformation of a child is based on a family-oriented, heteronormative, essentializing perspective, which can be considered depoliticized and anti-feminist, even if it sometimes presents itself as the opposite of that.

Keywords: maternity; attachment parenting; care; feminism.

INTRODUÇÃO

O pensamento crítico a respeito da maternidade em uma perspectiva feminista não é algo novo, muitas autoras o fizeram e fundamentaram sua análise desde perspectivas disciplinares e interdisciplinares. Citam-se apenas algumas que compõe uma gama complexa e para contextos diversos, desde os mais antigos aos mais contemporâneos, tais como: Knibielher; Fouquet, 1977, Badinter, 1985, Vargas, 1999, Tamanini, et alii, 2016; 2020, Puig De La Bellacasa, 2011, Orozco, 2012.

As análises deste trabalho são realizadas partir da produção feminista que, há décadas, se ocupa de desnaturalizar discursos e narrativas biologizantes, essencializadoras e a-históricas que atravessam nossos corpos e práticas reprodutivas abrindo espaço para uma reflexão libertária e emancipadora. (MARTINS, 2004, RAGO, HOCHSCHILD, 2008, OKIN, 2008, LE GOFF, 2012, FEMENIAS, 2017, LONGINO, 2008).

Neste sentido, pensar a criação, enquanto prática, mas principalmente discursivamente, em uma perspectiva comprometida com os estudos feministas

(PAPERMAN, 2019, SCAVONE, 2004, TRONTO; FISHER, 1990, TRONTO, 2013, BACH, 2010, TAMANINI et alii, 2018), é essencial para que não se continuem fomentando debates binários que fundamentem desigualdades, os quais, seguem recolocando o cuidado prioritariamente sobre os ombros já exaustos das mães e atualizando assim, sempre uma lógica biologizante e essencialista.

Fruto de uma pesquisa de mestrado defendida em agosto de 2021, o objeto central deste artigo se constitui da análise das narrativas apresentadas por adeptas da chamada criação com apego¹ buscando apreender como se fundamenta o processo reflexivo dessas mães e como ele se materializa em suas práticas e relatos. Essa investigação é epistemologicamente feminista e acessa as teorias do cuidado para pensar metodologicamente as relações imbricadas na maternidade apegada, além de pensar os processos deste fazer-se mãe, e compreender como as concepções discursivas da criação com apego se relacionam às ideias de uma natureza do cuidado essencializado comum aos processos de feminização configuradores deste campo.

1. No meio da pesquisa havia uma pandemia, havia uma pandemia no meio da pesquisa

Este artigo foi apresentado originalmente no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, a ser realizado inicialmente em 2020, mas que precisou ser adiado para 2021, tendo sua programação adaptada para o formato virtual. Entre a concepção da pesquisa, sua realização e a apresentação do texto final, fomos atravessadas visceralmente pelos nós e dilemas de um mundo pandêmico e uma crise global do cuidado e nos vimos, ambas as autoras deste trabalho imersas em tantas prioridades e de pesquisa, enquanto éramos nós mesmas, sujeitas do cuidar e do cuidado. Uma com um filho de 4 anos, longe da escola presencial por um ano, 24 horas por dia dentro de casa em um misto de tédio e energia acumulada, tendo que dobrar as horas de trabalho remunerado para compensar a perda de renda familiar, outra às voltas

¹ Teoria difundida pelo pediatra William Sears e baseada nos princípios da teoria do apego do psicanalista John Bowlby (1988) da psicologia do desenvolvimento (API, 2019) que fundamentam os oito princípios deste estilo de criação que vão desde a gestação, parto, amamentação, passando por alimentação e educação. A organização não-governamental Attachment Parenting International (API), criada em 1994 e sediada nos Estados Unidos, elaborou, a partir do proposto por Sears, oito princípios para a “criação com apego”: preparar-se para a gestação, parto e criação; alimentar com amor e respeito; responder com sensibilidade; usar o contato afetivo; garantir um sono seguro, física e emocionalmente; prover cuidado com amor de maneira consistente; praticar a disciplina positiva; e manter o equilíbrio entre a vida pessoal e familiar (QUEIROZ, 2015).

com os cuidados de um pai e companheiro, ambos idosos, ela própria grupo de risco, aulas remotas e orientandos desorientados enquanto tentávamos, todos e todas, manter um mínimo de sanidade diante do horror.

Mergulhamos – ou afogamos - na experiência mais visceral de debate sobre o cuidado que se poderia imaginar: ao mesmo tempo apreender o que o campo dizia sobre a teoria e manejar as ferramentas teóricas para fazer algum sentido de tudo o que estávamos coletando. Isso tudo enquanto tentávamos sobreviver, nós mesmas, a uma crise sanitária, política e econômica sem precedentes, e que foi essencialmente uma crise do cuidado que escancarou grosseiramente as desigualdades fundantes da nossa sociedade, especialmente as de gênero e para as mães. Mais ainda para mães de crianças pequenas e/ou mais dependentes.

No caminho para compreender a reprodução e a rejeição deste discurso e como se dá a construção dessas narrativas pelas adeptas da criação com apego, as perguntas sobre reflexividade destes projetos de vida levaram às questões teóricas propostas por Giddens (1993), e que embasavam este trabalho quando ele foi concebido. O campo empírico, os *problemas de gênero* e as imbricações com os estudos feministas sobre a maternidade e o sujeito mãe, no entanto, subverteram nosso olhar teórico.

Neste artigo iremos, portanto, focar na reflexividade por uma perspectiva *butleriana* dos processos que fundamentam a narrativa dessas mulheres que optam pela criação com apego. Argumentamos que é ao relatarem-se que elas se *nomeiam* e se *fazem* mães. É através de seu relato *sobre* o seu maternar que essas mulheres se reconhecem enquanto sujeitas mães. Ao serem *interpeladas* é que reconhecem e nomeiam a si e a seus filhos e filhas, desde um lugar de enunciação em que esta reflexividade opera e é reiterada por suas práticas e o seu *locus* discursivo sobre a maternidade.

Neste texto, apresentamos os relatos ouvidos em nove entrevistas semiestruturadas, conduzidas de forma virtual entre os meses de maio e julho de 2020, pela ferramenta *Zoom*, gravadas e depois transcritas para análise. Lançamos luz à narrativa de si mesmas que estas mulheres produzem, interpeladas pela centralidade que seus filhos e filhas ocupam neste reconhecer-se sujeita mãe a partir de um processo reflexivo que é, ao mesmo tempo, criativo e reiterativo.

2. AS MÃES ENTREVISTADAS

Entrevistamos nove mulheres que responderam positivamente ao pedido de entrevista feito em 15 de janeiro de 2020 no grupo de *Facebook* Criação com Apego², cujas narrativas e experiências apresentamos em diálogo com uma teoria feminista que se propõe não a neutralizar o discurso senão, ao contrário, a lançar luz sobre a complexidade das relações de poder constitutivas da produção de saberes (RAGO, 1998, p. 5).

Todas as respondentes têm apenas um filho, com idades entre um e cinco anos, apenas uma não mora em capital e sua região metropolitana ou em uma cidade com mais de um milhão de habitantes (Campinas/SP). Das cinco que declararam trabalhar em tempo integral fora de casa, quatro são a principal renda da família e três fazem uso de serviço de diarista, nenhuma tem empregada mensalista e somente uma fica com a criança em tempo integral. O perfil racial se mantém predominantemente branco, de classe média (renda familiar entre 2,7 e 5,4 salários-mínimos³), sendo que apenas duas entrevistadas declararam renda familiar acima de 9 salários-mínimos e uma única família com renda acima de 13 salários-mínimos. Todas as entrevistadas têm ensino superior completo, duas haviam concluído uma especialização e uma era doutoranda à época da entrevista, um nível educacional alto, em comparação à média da população brasileira⁴.

3. A MATERNIDADE: ESSENCIALISMO E CUIDADO EM DISPUTA

A possibilidade de escolher ou não ser mãe, assim como o processo reflexivo envolvido na mesma, é um fenômeno moderno que emerge a partir das significativas mudanças que ocorrem na forma como sujeitos se relacionam sexual e afetivamente (GIDDENS, 1993). Estes processos que são chamados por Giddens (1993, p. 53) de “a invenção da maternidade”, estão conectados tradicionalmente, também ao surgimento do amor romântico e da família nuclear heteronormativa, assim como a um novo modelo de relação entre pais e filhos que deslocou a autoridade patriarcal

² Grupo fechado com cerca de 32 mil membros, criado em 2013 pelo influenciador Thiago Queiroz (Paizinho, Vírgula) que tem mais de 90 mil seguidores no *Facebook* e se dedica a discutir a Criação com Apego.

³ O salário-mínimo em 2020 era de R\$ 1.045 conforme Medida Provisória 919/20 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 31/01/2020.

⁴ De acordo com o censo do ensino superior, realizado pelo Ministério da Educação em 2018, apenas 34% dos brasileiros possuíam, ou estavam cursando, o ensino superior.

para a afeição maternal (GIDDENS, 1993, p. 53), a partir de discursos sobre a mulher mãe pautados por interesses da classe burguesa, mas que se estenderam também às mulheres trabalhadoras, e que fundamentaram as díades de gênero, marcadas pela diferença e pela desigualdade nos processos de construção da modernidade e da colonização (LUGONES, 2014).

A vida da criança e a própria experiência da maternidade nem sempre tiveram, e de certa forma ainda não tem, o mesmo valor social, político e econômico, permeadas que são de “contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais” (SCAVONE, 2004, p. 174), mas também marcadas pela diferença de gênero, de raça e classe (LUGONES, 2014).

Os fenômenos sociais da maternidade ocidental e do trabalho de cuidado a ela atrelado, assim como os da paternidade provedora e frequentemente ausente, inserem-se em um conjunto de técnicas, estratégias e enunciados construídos a partir de uma biopolítica dos corpos e de indivíduos que se apresenta como estratégia de regulação tanto de pessoas, quanto de grupos específicos, em particular de mulheres e crianças (FOUCAULT, 1979).

É a perspectiva feminista sobre tais discursos que nos permite desnaturalizar ideias – e ideais – cristalizados e apriorísticos sobre a natureza da maternidade, dos sentimentos da mãe, e também do seu vínculo com o bebê e que, como bem nos lembra Scavone (2004, p. 172), “sempre esteve presente na luta libertária das mulheres e, portanto, foi objeto constante da reflexão teórica feminista.”

Para Scavone (2004), os estudos feministas sobre as transformações da maternidade enquanto construto biopsicossocial contribuíram grandemente para os estudos sobre maternidade, tendo sido uma de suas principais bandeiras ao final dos anos 1970, ainda que não livre de tensões e disputas tanto no campo teórico quanto na militância. Embora cada vez mais distanciada do antigo determinismo biológico, “a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e da identidade femininas pela sua ligação com o corpo e com a natureza” (SCAVONE, 2004, p. 184, GARDEY; LOWY, 2000).

Um novo modelo, cujo ideal é a busca pela igualdade na responsabilidade parental, se esboça em suas diversas facetas e define-se com mais ou menos força de acordo com a classe social e o país a que se refere e convive com antigas práticas (SCAVONE, 2004).

A escolha reflexiva para aceitação ou não da maternidade – da paternidade, ou da parentalidade – compõe em um elemento deste período de transição, possibilitando às mulheres e aos homens que a decisão pela reprodução seja feita com base na experiência adquirida, sem medo, culpa, ou qualquer sentimento de não realização individual e/ou social. Evidentemente, esta escolha será tanto mais reflexiva quanto maior a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado. (SCAVONE, 2004, p. 185).

Scavone (2004) e também Badinter (1985), apontaram como a construção de um discurso da realização da mulher pela maternidade ocorreu, em épocas distintas e por motivos e interesses diversos. Scavone destacou ainda que embora “as condições materiais não determinem, via de regra, a escolha da maternidade” elas são “definidoras de suas características e possibilidades” (SCAVONE, 2004, p. 176).

A escolha da maternidade liga-se às mais diversas causas que,

isoladas ou conjuntamente, se explicam no ponto de intersecção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de valorização e de reconhecimento social – como no caso de algumas mães adolescentes, ansiosas por ocupar um espaço de maior respeitabilidade na sociedade -; o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo de família de origem, entre outros. (SCAVONE, 2004, p. 175).

O que Scavone está nos dizendo, em outras palavras, é que a própria discussão sobre optar ou não pela maternidade, nos permite também refletir sobre as práticas de maternagem, a partir de experiências vividas, ao mesmo tempo em que tais escolhas relacionem-se intimamente a um lugar simbólico ordenado a fim de definir o lugar social e cultural destinado à mulher e à mulher mãe.

A própria percepção da mulher e da criança como um binômio (mãe-filho) de modo que nenhum dos dois seja tratado em sua individualidade, invisibiliza especialmente as necessidades da mulher, já que a prioridade estabelecida é a da criança pequena, ou mesmo a que está sendo gerada. Desde a gestação o olhar é a partir da criança, e, esta percepção faz com que sejam sempre as mulheres que necessitam fazer arranjos com seus corpos, entre elas, ou com sistemas institucionais a fim de viabilizar seus projetos e desejos, relacionados ou não, ao que se espera dela enquanto mãe. É também por isso que, mesmo que observemos nos discursos das mães entrevistadas para este trabalho, e de muitas outras que habitam o universo digital relacionado à criação com apego, uma defesa da maternidade como um espaço de autodeterminação, criatividade e resistência, construído a partir de uma construção

de agência, isto não necessariamente ocorre a partir de uma agência autônoma e, muito menos, em direção a uma prática materna emancipadora.

4. NOVA DOMESTICIDADE OU MATERNIDADE FEMINISTA?

Em *Homeward Bound: why women are embracing the new domesticity* (2013), Emily Matchar, refere-se ao que ela chama de “nova domesticidade” como um fenômeno cultural que apela a novos parâmetros de domesticidade pautados na rejeição ao que as mulheres da pesquisa de Matchar consideram um estilo de vida “masculino” e predatório para então abraçarem uma “nova” forma de viver, desacelerada, mais “equilibrada” ou, nas palavras de algumas de nossas entrevistadas e de suas referências, um modo de vida mais “natural”.

Se, para as mulheres de que Matchar (2013) trata em sua pesquisa, o artesanato, a jardinagem, a cozinha natural e a maternidade intensiva são vistos como bandeira da desaceleração, rejeitando a cultura de consumo extrema e romantizando o tempo de suas avós, que aos seus olhos pareciam mais simples e sinceros, para as mães apegadas que entrevistamos para este trabalho, a criação com vínculo é o antídoto para uma sociedade violenta e fadada à autodestruição.

porque realmente eu acho que faz muita diferença na vida das crianças e na vida da própria sociedade no futuro [...] entendeu [...] a gente tá criando a sociedade do futuro e a gente tá cometendo os mesmos erros que nossos pais cometeram[...] isso não dá, né[...] não dá, não dá pra gente ter vivido aquilo e enaltecer o sofrimento[...] achar engraçado, achar divertido, achar que tava certo, que era isso mesmo[...] e não dá mais pra admitir esse tipo de coisa (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses).

Assim como as mães da pesquisa de Matchar, também as mulheres entrevistadas para este trabalho, são mulheres com alto nível de educação formal que desejam transformar radicalmente a maneira de criar da geração anterior que, na perspectiva delas, falhou em atribuir à maternidade a principal opressão às mulheres.

Elas se enquadram no que Badinter (2011) chama de “a revolução silenciosa” na concepção da maternidade, e diferente da crítica feminista aos essencialismos, elas recolocam a maternidade “no cerne do destino feminino”, valorizando práticas que colocam a criança em primeiro lugar, e como prioridade em relação à mãe. Esta prática seria, para Badinter (2011, p. 9), a responsável por desmontar as lutas das feministas que dessacralizavam a maternidade e retiravam a culpa das mulheres que não se enquadravam em ideais de maternidade esperados. Para Badinter, “os

deveres crescentes em relação ao bebê e à criança pequena revelam-se tão coercitivos, se não mais, do que a perpétua guerra dos machos na casa, ou no lugar de trabalho” (BADINTER, 2011, p. 121).

E se, por um lado, encontramos nas falas de nossas entrevistadas, uma tentativa de resgate do que elas chamam de instinto, é também verdade que há um profundo processo reflexivo imbricado neste modelo de criação que acrescenta a criança não apenas como sujeito, mas como lugar de interpelação desta mulher que se vê mãe.

Ainda que divirjam sutilmente quanto à importância da biologia sobre os processos de criação de vínculo e a importância da naturalização de certas práticas com bebês e crianças, todas as entrevistadas reconhecem o impacto de uma construção social machista e patriarcal sobre seu próprio maternar e os sentimentos que isso engloba, mesmo reconhecendo-lhes a causa.

não, não acredito que seja intrínseco à mulher. Muitas vezes antes, antes de ter o feminismo na minha vida, eu acreditava que a mulher era aquela coisa, nossa, aquele ser celestial, a mãe, né[...] mãe é mãe, né, pai é pai, aquela coisa assim. Agora não acredito mais. Acredito numa construção numa sociedade totalmente machista e patriarcal (Giulia, 32 anos, mãe de uma menina de 3 anos)

eu não (acho) que as pessoas nascem com instinto de ser mãe. Eu acho que isso tem que ser realmente estudado, lido. Você tem que se dedicar a isso, entendeu. A gente se dedica a aprender tanta coisa e quando chega a coisa mais difícil que a gente vai fazer na vida, que é criar um ser humano, a pessoa acha que simplesmente “ah [...] nasceu. Vou ver aqui o que eu faço. (Dafne, 31 anos, mãe de uma menina de 18 meses)

A criação com apego surge para elas também como uma possibilidade de ressignificar a lógica do cuidado feminizado, apresentando às crianças – meninas e meninos – um novo modelo de participação nas atividades do cuidado familiar:

colocar as crianças pra participarem, né, de todas as atividades. Mostrar que todo mundo cuidar de onde tá, do espaço [...] mostrar que não existe diferença, né, que todo mundo tem sentimentos, que todo mundo pode fazer todas as coisas, exceto as coisas que são fisiológicas, que não tem como se mudar. Mas não é fisiológico da mulher ter que se preocupar com a comida e o homem só comer. Não é fisiológico, isso é imposto. (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses).

É curioso como a nova domesticidade, de fato, é de interesse e integra a fundamentação de práticas de grupos bastante distintos. Ultraprogressistas se aproximam de ultraconservadores e, assim, mães cristãs e casais homossexuais se

encontram em grupos e comunidades virtuais, trocando informações sobre parto natural, amamentação prolongada, educação em casa e o uso de carregadores de pano, também conhecidos como *slings*.

Ainda que as balizas dos discursos que fundamentam a criação com apego (e melhor explorados na dissertação que resulta desta pesquisa)⁵, sirvam também ao conservadorismo antifeminista que “devolve” as mulheres ao lar e à consequente dependência financeira é preciso resistir às análises engessadas, nas quais facilmente escorregamos quando ignoramos as agências e processos reflexivos que fundamentam estes fazeres e as condições que estas mulheres tem para estes tipos de engajamento.

Debruçar-se sobre os processos reflexivos constituintes deste modelo de maternagem nos permite, também, fugir de análises rasas que ignoram que a maternidade, longe de ser um lugar homogêneo, estanque e universal como se quer fazer crer, é perpassada e impregnada de questões de raça, classe, região e subjetivas.

5. MATERNIDADE: LUGAR DE ENUNCIÇÃO E REFLEXIVIDADE

Ao debruçarmo-nos sobre os processos reflexivos que permeiam as narrativas do maternar e do relatar-se destas mulheres, nos deparamos com diferentes camadas de discursos sobre maternidade. Regimes discursivos que são também um *locus* onde posições e funções subjetivas que operam na própria constituição da subjetividade dessas mães, alicerçada na “dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação” (BUTLER, 2017, p. 10).

Assim como o sujeito não pode fundar a si mesmo e o “eu” “não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (BUTLER, 2015 p.18), a mãe só existe em relação a um outro que assim a nomeia e a partir de um conjunto de discursos que operam sobre o que este “mãe” significa, visto que não há criação de si *fora das normas* que orquestram as formas possíveis de *ser mãe*, mas é na interpelação que se dá o estímulo fundamental para a organização coerente da subjetividade que funciona como mecanismo de produção e delimitação do “eu”, constituído sempre em relação

⁵ LEITE, 2021.

a um “tu”. A interpelação é pressuposto do processo reflexivo de individuação e construção da identidade (BUTLER, 2015).

“Quem é a mãe?” e o que faz esta mulher apropriar-se do sentir-se “uma mãe” foi a pergunta que permeou grande parte das inquietações diante do campo teórico sobre o qual nos debruçamos. Se ninguém nasce mulher, mas torna-se, conforme afirmação de Beauvoir (1949) como é que alguém se constitui mãe? E como opera este processo reflexivo em relação a como a sociedade e as tecnologias normativas, incluindo o Direito e a Medicina, a formatam nesta categoria? Parece não haver na narrativa destas mulheres uma resposta definitiva que seja ou essencializadora ou culturalmente atribuída, mas todas reconhecem um peso relevante ao conhecimento científico sobre maternar, educação e desenvolvimento infantil.

Se, para Butler (2014) o sujeito é produzido na ação e é na interação que esse sujeito se reproduz, podemos dizer que esta mãe só se reconhece, enquanto mãe, na própria ação (maternar) e é na interação com a criança que lhe nomearam *sua*, que ela se *faz* mãe. Quais foram as relações, conflitos e disputas que produziram aquela materialidade que sustenta a subjetividade que se estabelece através e a partir dela?

eu acho que a criação com apego é um modelo mais difícil de se aplicar. Você tem que ter mais autocontrole. Eu acho que não é só a questão da criação, eu acho que é todo o processo de ter mais autocontrole seu, entendeu? Então é um processo pra mãe também. Não é um processo só de educação pro filho, eu acho que é um processo pra mãe (Helena, 38 anos, mãe de um menino de 3 anos).

Se “o reconhecimento se torna o processo pelo qual eu me torno outro diferente do que fui e assim deixo de ser capaz de retornar ao que eu era” (BUTLER 2015, p. 32) essas mulheres se enxergam mães e também nomeiam seus filhos enquanto sujeitos dignos de serem nomeados a partir, justamente, da interpelação por parte desta mãe que dá à voz às necessidades deste novo sujeito: o bebê.

Olhar para o sujeito mãe como envolvido em um processo que “nunca está completo e que demanda contínua reiteração permite compreender a performatividade materna como um contínuo fazer-se. Mães estão *performativamente maternando* uma criança” (JEREMIAH, 2006, p. 28), no gerúndio mesmo, eis que o maternar é uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2019, p. 16).

Não há, entre essas mulheres uma espécie de prática dogmática ou irrefletida sobre as escolhas tomadas em relação à criação de seus filhos:

algumas coisas assim, da teoria, eu vejo que na hora de passar pra prática tem uma certa dificuldade. Principalmente em relação à livre demanda depois dos seis meses de idade[...] isso eu senti muita dificuldade [...] Então algumas coisas[...] a minha psicóloga, ela também tem essa visão mais acolhedora, então algumas coisas eu leio e levo pra discutir durante as sessões pra tentar achar um caminho e uma abordagem. Então[...] mas a maior dificuldade de passar é esse vínculo, sabe? Até onde eu to respeitando, até onde eu to sendo gentil, até onde tá sendo bom pros dois, né? Agora, por exemplo, eu adoro fazer cama compartilhada, adoro[...] e também não incomoda o pai[...] a gente gosta de dormir nós três. Só que a gente morava numa casa grande, então cabia – o berço ficava acoplado na cama de casal. (Camila, 32 anos, mãe de um menino de 17 meses)

Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos, por exemplo, traz a todo momento na sua fala o reconhecimento de outros processos e possibilidades de escolha para a mulher. Ela, assim como todas as outras entrevistadas, assume a escolha por uma criação apegada e que prioriza o vínculo como mais ética em relação ao que elas chamam de criação tradicional, pautada em uma relação familiar hierárquica em que os pais estão em posição de autoridade em relação à criança, estando inclusive autorizados a utilizar a violência (física ou verbal) como ferramenta de disciplina e “educação”. Ao mesmo tempo, argumenta que cabe à cada mãe utilizar as ferramentas da criação com apego como melhor lhe aprouver visto que cada realidade é única, fugindo de um lugar dogmático e impositivo quanto ao modelo por ela adotado, ela resgata a ideia de um instinto biologizante, intrínseco ao ser humano de cuidar de sua prole, mas que demanda conhecimento, estudo e onde evidências e fundamentação científica (ou ao menos que pareça sê-lo) são mais do que bem-vindas:

E aí tem mães muito diferentes, com realidades diferentes e com vontades diferentes de usar ferramentas diferentes. Mas assim, todas nós falamos e conversamos sobre apego e acreditamos no apego, mas com práticas completamente diferentes umas das outras. Então eu acho que tá aí, a força tá aí, tá nesse grupo. [...] eu acho que a criação com apego ela vem muito de você se abrir pra esse instinto também, né? De esquecer um pouco como é que tinha que ser, da autoridade, se abrir pro instinto, pra conexão [...] Primeiro, quando eu falo em instinto, eu não tô me referindo a instinto materno [...]. (Ilana, 31 anos, mãe de um menino de 3 anos)

Todas as entrevistadas apresentam uma preocupação em reconhecer – e nomear – o sujeito que tem diante delas ao mesmo tempo em que se entendem formadoras daquele indivíduo, não como uma escravidão conforme apregoado por Badinter (2011), mas em uma relação de alteridade (BUTLER, 2015).

O que eu acho mais importante é não violência, assim. Pra mim o que é mais é não violência e uma tentativa de escuta, né? De escutar a criança e saber que ela não, que o que ela tá falando é muito importante pra ela, não é

qualquer coisa, não é [...] o que ela brinca, o que ela fala, o que ela pede não é porque ela é manipuladora ou porque não é nada, né, não é sem importância. (Ana, 31 anos, mãe de um menino de 5 anos).

Os processos que levam essas mães a optarem pela criação com apego, envolvem uma escolha que será tanto mais reflexiva quanto maior a possibilidade de acesso à informação, à cultura e ao conhecimento especializado.

É aqui que recorremos, mais uma vez à Butler (2014; 2015) para compreender a importância da linguagem e da apropriação de símbolos que nos permitam ler a nós mesmas e ao outro através do campo representacional em que o próprio discurso se dá. É o que Butler (2014, p. 39) chama de “matriz de inteligibilidade”. Estas mulheres se entendem e se fazem mães em processos reflexivos que operam dentro de uma simbologia ainda limitada, composta dos signos disponíveis e que elas se propõem a ampliar e subverter, mas que acabam por fazê-las escorregar nas mesmas normas existentes que pressupõe uma maternidade e uma criança apriorística.

os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas. (BUTLER, 2015, p. 25).

Ao mesmo tempo em que fazem uma crítica à essencialização de corpos femininos (que chamam ora de patriarcado, ora de machismo, ora de construção social), reforçam o lugar do “natural” e do “ancestral” como um lugar ético e que precisa ser resgatado, ignorando que o próprio discurso sobre a natureza, o corpo e o cuidado está impregnado do próprio sistema que elas criticam: o mesmo sistema que nos interpela e que existe desde sempre e é “instituído com o tempo e com um grande custo para os instintos humanos” (BUTLER, 2015 p. 14.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação com apego e as práticas que a permeiam estão imbricadas em processos reflexivos que, ainda que partam de um lugar essencializador, abrem as portas para uma reflexão sobre a própria formação dos sujeitos mãe e bebê que se interpelam mutuamente e também em relação a tantos outros, reconhecendo-se, conforme se fazem, no nomear-se e enunciar-se sujeitos. Apreender e manejar os sentidos e práticas de cuidar e reconhecer-se neste cuidar e em suas trajetórias

reflexivas permite evitar análises cristalizadas e estereotipadas das vivências relatadas.

Para refletir sobre as possibilidades e limites das concepções presentes neste modelo de criação, tão marcada por ideias a respeito da necessidade de uma natureza do cuidado feminino, sobretudo materno, é essencial que não nos esqueçamos de vários aspectos. Dentre eles: as dinâmicas familiares estabelecidas entre indivíduos e a forma como as mesmas são negociadas e organizadas que devem sempre levar em conta subjetividades e os discursos. Os sentidos conferidos pelos sujeitos a cada atividade de cuidado e como estes sentidos estão imbricados a dimensões outras. Os recursos materiais disponíveis para o exercício da parentalidade e o momento histórico, bem como, os valores culturais e posições dos indivíduos na estrutura socioeconômica que influenciam, mais ou menos, no projeto reflexivo daqueles indivíduos e daquele núcleo familiar.

Por outro lado, é essencial dar continuidade a esta reflexão, analisando não apenas como esses discursos operam sobre as práticas femininas e maternas, mas também, sobre como os relatos que estas mulheres fazem sobre si, operam conjuntamente na realidade material do cuidar levando adiante a discussão feminista sobre o cuidado, enquanto um conjunto de atividades que ajudam a manter, dar continuidade ou reparar o mundo para vivamos da melhor forma possível (TRONTO, 1997).

Analisar os discursos imbricados na criação com apego e os processos reflexivos engajados por estas mulheres à luz de uma epistemologia feminista, comprometida com a democratização do cuidado, em uma perspectiva que vislumbre o direito ao bom cuidado, sem que isto implique na sobrecarga, manutenção ou aprofundamento das desigualdades sustentadas na feminização do cuidado significa questionar os fundamentos deste modelo de criação.

Atribuir à mãe a responsabilização por toda a conformação física e psíquica de uma criança assenta e requebra bases de uma perspectiva familista, heteronormativa, essencializadora, que pode ser considerada despolitizada e antifeminista mesmo que se apresente, algumas vezes, como o oposto disso.

REFERÊNCIAS

BACH, Ana María. Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista. Buenos Aires: Biblos, 2010.

BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado, o mito do amor materno. Rio de Janeiro.

BEAUVOIR, Simone de. Le deuxième sexe. Paris: Gallimard, 1949.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética; tradução Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Filô). Edição do Kindle.

BUTLER, Judith. A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição. Belo Horizonte, Ed. Autêntica. 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”; tradução Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. 1. ed. São Paulo: n-1 edições. 2019. Edição do Kindle

FEMENIAS, María Luisa. ¿Qué decimos cuando decimos “sujeito”? In: TAMANINI, Marlene, BOSCHILIA, Roseli, SCHWENDLER, Sônia Fátima (orga). Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. p. 175- 194.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 10 ed., 1979.

KNIBIELHER, Y.; FOUQUET, C. Histoire des Mères. Paris: Montalba, 1977.

GARDEY, Delphine; LOWY, Ilana. L'invention du naturel: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. La mercantilización de la vida íntima: Apuntes de la casa y el trabajo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

JEREMIAH, Emily. Motherhood to Mothering and Beyond: maternity in recent feminist thought. Journal Of The Association For Research On Mothering. p. 21-33. 2006. Disponível em: https://sas-space.sas.ac.uk/5639/1/Jeremiah_-_MotherhoodtoMothering.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

LE GOFF, Alice. Care, Participation et Délibération : Politiques du Care et Politique Démocratique. In: GARRAU, Marie e LE GOFF, Alice (Eds.) Politiser le care? Perspectives Sociologiques et Philosophiques, Paris: Le Bord de L'eau, 2012, p. 101-114.

LEITE, Tayna Kalindi Limpas Vieira da Rocha. **CRIAÇÃO COM APEGO**: narrativas da maternidade apegada, reflexividade e problematizações. 2021. 253 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Sociologia, Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/72569/R%20-%20D%20-%20TAYNA%20KALINDI%20LIMPIAS%20VIEIRA%20DA%20ROCHA%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22, v. 320, setembro-dezembro, 935-952, 2014.
LONGINO, Helen E. Epistemologia feminista. In: GRECO, John; SOSA, Ernesto. (org.). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.505-545.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, 287 p.

MATCHAR Emily. *Homeward Bound: why women are embracing the new domesticity*. New York: Simon & Schuster Book, 2013. Edição do Kindle.

OKIN Susan Moller. *Justice, genre et famille*. (trad. L. Thiaw-Po-Une), Champs-Flammarion, Paris, 2008.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. In: FARIA, Nalu (org.), MORENO, Renata (org.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012. p. 51-93. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 3).

PAPERMAN, Patricia. *Cuidado y sentimientos*. 1ª. ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Medifé Edita, 2019.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. Matters of care in technoscience: Assembling neglected things. *Social Studies of Science*. 41, v.1, p.85-106, 2011.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17. Disponível em:
<http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: Feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Unesp, 2004. Cap. 9. p. 171-186.

TAMANINI, Marlene, STRAW, Cecilia, VARGAS, Eliane, CHERRO, Mariana Viera, *Reprodução assistida e relações de gênero na América Latina*. Curitiba: CRV, 2016.

TAMANINI Marlene, HEIDEMANN Francisco Gabriel, PORTES, Eliane Vargas, ARAUJO, Sandro Marcos Castro. (org.). *O cuidado em cena: Desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: UDESC; 2018.380 p

TAMANINI, Marlene. Pandemia da Covid 19: Maternidade, aborto, embriões e a imoralidade do sacrifício da mãe dentro e fora da reprodução assistida. Revista Feminismos, v.9, n.1, jan - apr 2021 www.feminismos.neim.ufba.br ISSN: 2317-2932.

TRONTO, Joan Claire. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (org.). Gênero, Corpo, Conhecimento. Editora Rosa dos Tempos. 1997. p. 186-203.

TRONTO, Joan Claire.; FISHER, Berenice. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E.; NELSON, M. (Eds.). Circles of care. Albany/NY. SUNY Press, 1990. p. 36-54.

TRONTO, Joan Claire. Caring Democracy. Market, Equality and Justice. New York, New York University Press, 2013

VARGAS, Portes Eliane. A figueira do inferno: os reveses da identidade feminina. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: IFCS/UFRJ - CFH/ UFSC. v.7, n.1/2,1999.

Capítulo 3

**ANÁLISE COMPARATIVA DO ENSINO REMOTO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL DE DOIS MUNICÍPIOS**

Guilherme Laranjeira Mendonça Oliveira

Jackeline dos Santos Bataglia

ANÁLISE COMPARATIVA DO ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE DOIS MUNICÍPIOS

Guilherme Laranjeira Mendonça Oliveira

Mestre em Educação pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Professor de Educação Básica do Estado de São Paulo. laranjeiraguilherme@gmail.com.

Jackeline dos Santos Bataglia

Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade FAMART. Professora de Educação Básica do município de Ibiporã-PR. jackeline_mary@hotmail.com

Resumo: A situação pandêmica que assola o mundo fez com que todos os processos de escolarização tivessem que se adaptar para o formato remoto. Tal situação não foi diferente com a modalidade da educação infantil (EI), a qual principia a escolarização de crianças de até 5 anos, sendo que as crianças são dependentes e não possuem autonomia para realizar atividades no formato remoto. Assim, esse estudo, de caráter qualitativo, teve como objetivo realizar uma análise comparativa das medidas adotadas para o ensino remoto na EI de dois municípios localizados em diferentes regiões do Brasil. Para isso, foi utilizada a pesquisa documental como técnica de coleta de dados, que ofereceu aporte teórico para coleta de informações em documentos legais, sites e reportagens. Os resultados demonstraram que houve uma convergência nas medidas adotadas, entretanto a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ibiporã-PR transitou por algumas adaptações no meio desse processo. Importa salientar que a MDE de Guarujá-SP desenvolveu atividades para todas etapas de escolarização em que oferta na sua rede, o que não ocorreu efetivamente na SME de Ibiporã-PR.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação Infantil. Políticas Públicas.

Abstract: The pandemic situation that ravages the world has made it necessary for all schooling processes to adapt to the remote format. This situation was no different with the early childhood education modality, which begins the schooling of children up to 5 years old, and the children are dependent and do not have autonomy to perform activities in the remote format. Thus, this qualitative study aimed to conduct a comparative analysis of the measures adopted for remote teaching in early childhood education in two municipalities located in different regions of Brazil. For this, documentary research was used as a data collection technique, which offered theoretical support for collecting information from legal documents, websites, and reports. The results showed that there was a convergence in the measures adopted, however, the Municipal Secretary of Education (MSE) of Ibiporã-PR went through some adaptations in the middle of this process. It is important to highlight that the MSE

of Guarujá-SP developed activities for all schooling stages it offers in its network, which did not effectively occur in the MSE of Ibiporã-PR.

Keywords: Remote Learning. Early Childhood Education. Public Policies.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil (EI) é uma etapa da educação básica que objetiva o desenvolvimento da criança em sua integralidade, na faixa etária de até 5 anos, contemplando os diferentes aspectos, a saber: físico, pedagógico, afetivo, social e intelectual (BRASIL, 2013). Assim, esta etapa da educação básica valoriza a aprendizagem da conquista da cultura da vida, mediante a complementação das ações da família e da sociedade (BRASIL, 2013).

Com a pandemia da COVID-19 se teve o fechamento das escolas para minimizar os riscos de contágio do novo coronavírus. Sendo assim, o processo de escolarização dos alunos da EI teve que adaptar-se ao novo formato de ensino: o ensino remoto. Diante disso, diferentes medidas foram traçadas e alcançadas para a efetivação do ensino remoto na etapa da EI, o que proporcionou diferentes perspectivas de acordo com as especificidades regionais.

Em um estudo realizado pela Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) com parceria do Instituto Rui Barbosa (IRB) apontou a grande variedade das redes do ensino municipal em relação a sua organização e disponibilização de conteúdos aos alunos no ensino remoto. Sendo assim, 41% das redes municipais disponibilizaram os conteúdos semanalmente, 31% quinzenalmente e 28% diariamente, no qual tem objetivam oferecer orientações aos pais sobre as atividades propostas, interações e suporte psicológico (BRASIL, 2020).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre as medidas pedagógicas adotadas, no âmbito da EI, por duas redes de ensino municipal, situadas em regiões geográficas diferentes, frente as adaptações ao ensino remoto, consequência da pandemia da COVID-19.

Panorama histórico-político das cidades de Guarujá-SP e Ibiporã-PR

Devido as consequências do novo coronavírus, fez-se necessário algumas medidas legais para conter seu avanço. Logo, em âmbito nacional, houve a publicação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, a qual determinou a substituição das aulas presenciais por aulas no formato digital, e também, da Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020, sendo que essa, dispôs sobre a dispensa da obrigatoriedade do mínimo de dias letivos na educação básica, tendo apenas o cumprimento da carga horária mínima.

Nesse contexto, no estado de São Paulo, a publicação do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, aconselhou a suspensão gradual das aulas presenciais da educação básica, de acordo com as normativas regionais. Sendo assim, a Secretaria da Educação e Lazer (Sedel), por intermédio da Prefeitura Municipal do Guarujá, proveu medidas legais amparando-se nos documentos dos órgãos superiores.

Com isso, mediante a suspensão das aulas presenciais, a Resolução Sedel nº 05, de 23 de abril de 2020, dispôs as adaptações do calendário escolar de acordo com as necessidades locais, sendo que determinou a suspensão das aulas em âmbito municipal e estipulou a antecipação do recesso escolar, com intuito de adaptar a rede municipal de ensino para o formato remoto (GUARUJÁ, 2020a).

Não obstante, ainda na mesma semana, houve a publicação da Resolução Sedel nº 06, de 23 de abril de 2020, a estabeleceu a reorganização das atividades pedagógicas e adaptações para o novo formato de ensino, a qual estipulou a jornada laboral mediante a teletrabalho para todos os profissionais da educação, objetivando a continuidade do processo de ensino e aprendizagem e o cumprimento da carga horária de professores e alunos (GUARUJÁ, 2020b).

O documento determinou ainda, a possibilidade da utilização de recursos tecnológicos para dar continuidade no processo de ensino e aprendizagem e, caso as crianças não tenham acesso a esses recursos, possibilitar atividades impressas disponibilizadas nas escolas. No que tange as formações continuadas desenvolvidas pela escola, o documento estipulou a continuidade no formato à distância, ancorando-se nas tecnologias educacionais (GUARUJÁ, 2020b).

Já o município de Ibiporã-PR, respaldou-se nas medidas legais providas do governo federal, bem como, do Decreto nº 4230, de 16 de março de 2020, o qual

estipulou a suspensão das aulas em escolas públicas, para conter o avanço do novo coronavírus.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã-PR (SME), publicou a Instrução Normativa nº 01, de 07 de maio de 2020, a qual determinou os procedimentos para realização das atividades não presenciais em tempos de pandemia da COVID-19. Nesse sentido, o documento estipulou a responsabilidade da SME de elaborar atividades, no formato de apostila, para que os professores regentes de turma articularassem com seus alunos.

Entretanto, com a publicação da Instrução Normativa nº 02, de 26 de maio de 2020, houve uma alteração nos procedimentos, sendo que, coube aos professores a elaboração e desenvolvimento das atividades junto a seus alunos, no qual essas atividades eram impressas, no formato de apostilas, e entregues pelos professores e gestores de acordo com sua carga horária, contemplando a presença na escola em três dias da semana.

Importa salientar ainda, a publicação da Resolução SME nº 01, de 02 de junho de 2020, a qual determinou a criação de um grupo de trabalho (GT) formado por professores, intérpretes e tradutores, com a finalidade de produzir videoaulas para a rede municipal de ensino.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo, trata-se de uma investigação qualitativa descritiva, pois objetiva “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relação entre as variáveis” (GIL, 2002, p.42). Assim, tem-se como objeto de estudo os documentos e informativos publicados pelos órgãos municipais das duas cidades em análise.

Para atingir o objetivo estipulado, foi utilizada a pesquisa documental, com intuito de utilizar documentos que ainda não receberam tratamento analítico, como documentos oficiais, reportagens de jornais e sites disponibilizados pelos órgãos municipais (GIL, 2002). A justificativa da utilização das fontes documentais, converge pois:

“[...] são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas pesquisas em os dados são obtidos diretamente das pessoas” (GIL, 2002, p. 147).

A seleção dos documentos deu-se mediante as pesquisas realizadas nas diversas formas de comunicação dos órgãos que competem as cidades em análise, a saber: sites próprios das prefeituras, jornais e diários oficiais, sendo que foi utilizado o recorte das adoções do ensino remoto emergencial em âmbito municipal, dos municípios de Guarujá-SP e Ibiporã-PR.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A cidade do Guarujá-SP fica localizada na região sudeste do Brasil, no estado de São Paulo, possui população estimada de 322.750 habitantes (IBGE,2020) e possui 144,794 km² de área territorial (IBGE, 2020). Já o território de Ibiporã-PR, fica situada na região metropolitana de Londrina, no norte do estado do Paraná, localizado na região sul do país. O município possui uma população estimada em 55.131 habitantes (IBGE,2020) dispostos em sua área territorial de 297,742 km².

Em relação a etapa da EI, as duas cidades possuem uma rede de ensino pública governada pelas Prefeituras e órgãos competentes. A Figura 1 apresenta algumas informações comparativas entre os municípios.

Quadro I – Quantidade de matrículas, docentes e escolas da EI na rede municipal de ensino de Guarujá-SP e Ibiporã-PR

Município	Quantidade de matrículas		Quantidade de matrículas na Educação Especial		Quantidade de docentes		Quantidade de escolas	
	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola	Creche	Pré-escola
Guarujá	1987	6530	24	141	109	348	15	21
Ibiporã	1237	1202	13	19	103	58	17	17

Fonte: Elaborado pelos autores baseados nos dados do Censo Escolar 2018.

Diante disso, por mais que a área territorial de Ibiporã-PR seja maior que a de Guarujá-SP, esta última possui uma população em torno de 500% maior em comparação com o da outra cidade. Assim, de acordo com a quantidade de residentes

do município, podemos constatar a correlação com a quantidade de matrículas, sendo que a cidade de Guarujá-SP possui, aproximadamente, um total de matrículas correspondente a três vezes o total de Ibioporã-PR.

Outro dado importante para destacar é a quantidade de matrículas de alunos da educação especial na pré-escola no município de Guarujá-SP, sendo que possui uma exorbitante diferença na quantidade de matrículas em relação as demais modalidades e cidade.

O ENSINO REMOTO NA CIDADE DE GUARUJÁ-SP

Na cidade de Guarujá-SP, a adoção do ensino remoto ocorreu após a gradual suspensão de aulas do ensino presencial, sendo que a priori, fez-se necessário reorganizar o calendário das escolas com a finalidade de oficializar as adaptações necessárias para o ensino remoto, em vista da transição abrupta e emergencial do formato de ensino (GUARUJÁ, 2020a).

Assim, após os feriados e recessos escolares dos educadores e profissionais da educação que atuam diretamente nas escolas, a Sedel se propôs a elaborar planos de aulas semanais e disponibilizar na plataforma de ensino remoto, situada no site da prefeitura (GUARUJÁ, 2020d).

Os planos semanais continham atividades diárias, totalizando 5 atividades por plano, sendo que cada atividade compunha três eixos da EI, a saber: leitura, brincadeira e música, baseados nos campos de experiências propostos pela BNCC (BRASIL, 2016). As atividades foram elaboradas a partir das propostas enviadas semanalmente pelos gestores das unidades de ensino, sendo que estes organizavam e elaboravam as atividades junto a seus professores.

A Prefeitura Municipal do Guarujá (PMG) desenvolveu uma plataforma pública online destinada ao ensino remoto, interligada ao site da própria organização, no qual estava dividido por modalidade de ensino ofertada e cada arquivo estava datado com a semana vigente (GUARUJÁ, 2020d). Importa salientar que nesta plataforma estavam disponibilizadas atividades da EI – creche e pré-escola, ensino fundamental, ensino profissionalizante, educação para jovens e adultos e transversalmente para a educação especial (GUARUJÁ, 2020d).

A comunicação entre os profissionais da educação, bem como, com os responsáveis dos alunos era realizada, majoritariamente, via aplicativo *WhatsApp* e *Facebook*, por meio de grupos com a comunidade escolar (GUARUJÁ, 2020b). Nesses grupos, os professores poderiam disponibilizar informações, como vídeos, *lives*, *podcasts* e fotos (GUARUJÁ, 2020b), e os planos de aula para os responsáveis realizarem com seus pupilos, além disso, todos os dias poderiam postar diferentes formas de provocar e estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo dessas crianças.

No que concerne a formação continuada dos professores, a SEDEL possibilitou que cada gestão escolar organizasse suas formações de forma remota, de acordo com as demandas internas. Logo, as equipes gestoras articularam roteiros formativos, com diferentes formatos de expressão, e disponibilizaram virtualmente para que cada docente desenvolvesse e retornasse no prazo estipulado (GUARUJÁ, 2020b).

Diante do exposto, o ensino remoto foi uma estratégia de minimizar os impactos e consequências da pandemia da COVID-19, assim sendo, na rede ensino municipal do Guarujá-SP, aproximadamente, 80% dos estudantes possuem acesso ao projeto de ensino remoto (GUARUJÁ, 2020c), sendo que, especificamente na EI em torno de 73% das crianças possuem acesso ao projeto (GUARUJÁ, 2020c), o que é um percentual considerável diante da quantidade de alunos matriculados na rede municipal.

Entretanto, os alunos que não possuem acesso, foram mapeados pela escola e pela SEDEL, a partir da busca ativa, que é uma iniciativa para que nenhum aluno fique prejudicado diante das desigualdades sociais que assolam a sociedade (GUARUJÁ, 2020c).

O ENSINO REMOTO NA CIDADE DE IBIPORÃ-PR

No município de Ibiporã-PR a adaptação para o ensino remoto aconteceu por etapas, a priori os professores desenvolveram seus ofícios mediante teletrabalho (IBIPORÃ, 2020a). Em seguida, a SME organizou e produziu apostilas impressas de atividades para o maternal, pré I ao pré III e designou os professores para realizarem

a entrega presencial desse material em suas escolas, sendo que nos demais dias iriam atuar em teletrabalho (IBIPORÃ, 2020b).

No terceiro momento foi estipulado que os professores continuariam trabalhando com a escala estipulada, porém a SME transmitiu a responsabilidade de elaborar as apostilas com atividades impressas aos professores, sendo que essas apostilas deveriam ancorar-se com os planos de trabalhos propostos pela SME, tendo sua divulgação quinzenal (IBIPORÃ, 2020b).

Nesses planos de trabalho o docente deveria preparar atividades de acordo com a videoaula proposta, devendo basear-se no conteúdo do vídeo para elaborar mais algumas questões para os alunos. Importa destacar que as videoaulas utilizadas eram desenvolvidas por outras organizações municipais parceiras (IBIPORÃ, 2020b). O professor regente da sala teve como atribuição também, elaborar os materiais propostos nas videoaulas e opcionalmente, gravar vídeos explicando cada atividade, para disponibilizar nos grupos do *WhatsApp* da sala (IBIPORÃ, 2020b).

Para finalizar a organização do ensino remoto da cidade de Ibiporã-PR, a SME começou a produzir suas próprias videoaulas, uma vez que era utilizado o material de outro município, e com isso as aulas dos alunos passaram a ter mais ênfase nas demandas regionais (IBIPORÃ, 2020c).

No que tange a comunicação da comunidade escolar, utilizou-se o aplicativo *WhatsApp*, no qual foram criados grupos, administrados pelos professores regentes da sala, o qual colocavam os responsáveis para comunicar-se e informar sobre as atividades propostas (IBIPORÃ, 2020c). Em contrapartida, os atendimentos presenciais estavam ocorrendo mediante agendamento prévio.

Em relação as crianças público-alvo da Educação Especial, a SME informou aos pedagogos das escolas, apenas, que alunos com laudo médico recebessem atividades mais lúdicas, como a utilização de jogos. Não houve adaptações nas atividades elaboradas pela SME, sendo que as videoaulas eram padronizadas para todos os alunos, o que desenvolveu algumas implicações para o desenvolvimento desses alunos, o que coube total responsabilidade aos profissionais da educação que estavam diretamente nas escolas.

A formação continuada dos professores, era desenvolvida na plataforma Observatório Educacional, e fundamentou-se em leituras e questionários sobre temas da educação, de acordo com os campos de experiência da BNCC (BRASIL, 2016). Também houve formação continuada a partir de *lives* do programa “União faz a vida”, que foram escolhidas pela SME (IBIPORÃ, 2020b). No decorrer da semana, eram realizadas grupos de discussão online entre os docentes sobre o tema estudado, sendo que cada professor deveria enviar uma síntese da formação para a SME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, possibilitou notar que por mais que ambas SME estejam situadas em diferentes regiões do Brasil, convergiram em alguns aspectos organizacionais, bem como, apresentaram divergências e especificidades de acordo com as necessidades de cada região.

No que tange a organização do ensino remoto pelas esferas municipais, a SME de Guarujá-SP conseguiu estruturar desde o início os objetivos e atribuições de cada profissional, em contrapartida, a SME de Ibiporã-PR percorreu algumas transformações até adequar-se as atribuições de cada profissional da educação nesse período de ensino remoto.

Em relação ao conteúdo proposto aos alunos, o município de Guarujá-SP adotou o plano de atividades semanais, enquanto a cidade de Ibiporã-PR optou por planos quinzenais, sendo que, mesmo em tempos de ensino remoto ambas as organizações basearam suas atividades nos campos de experiências propostos pela BNCC. Entretanto, foi possível constatar que apenas a SME-Guarujá disponibilizou atividades para todas as modalidades de ensino que oferta, inclusive Educação Especial.

Importa destacar ainda, que a SME-Guarujá possibilitou uma estruturação mais tecnológica, a qual desenvolveu uma plataforma digital de ensino remoto, enquanto a SME-Ibiporã apenas aderiu a materiais impressos e videoaulas.

A formação continuada dos professores, a que consideramos de extrema relevância nesse período remoto, continuou ocorrendo de forma digital nas duas

idades, sendo que cada uma estruturou de acordo com as demandas regionais de cada município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-542, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11/2020**. Brasília. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Curricular Comum**. Proposta preliminar. Brasília, DF, abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais enquanto durar a pandemia do coronavírus9. **Portaria nº 343**, Diário Oficial da União, 17 mar. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais enquanto durar a pandemia do coronavírus. **Medida Provisória nº 934**, Diário Oficial da União, 7 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Interlivros, vol. 1, 1977.

GUARUJÁ. Prefeitura Municipal do. EM GUARUJÁ, ENSINO REMOTO JÁ REGISTRA QUASE 80% DE ACESSO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL. **Informativos Digitais da Prefeitura Municipal do Guarujá**, Site da Prefeitura Municipal do Guarujá, v. 1, n. 1, p. 1-1, 6 jul. 2020c. Disponível em: <https://www.guaruja.sp.gov.br/em-guaruja-ensino-remoto-ja-registra-quase-80-de-acesso-dos-alunos-da-rede-municipal/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GUARUJÁ, Prefeitura Municipal do. Secretaria da Educação e Lazer - SEDEL. “Dispõe sobre a reorganização dos calendários escolares para o ano de 2020 nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Guarujá e Núcleos de Educação Infantil Conveniados, devido ao surto global do Covid-19”. **Resolução Sedel nº 05/20**, Diário Oficial de Guarujá, ano 19, v. 4417, p. 7-8, 24 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.guaruja.sp.gov.br/edicoes-diario-oficial/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GUARUJÁ, Prefeitura Municipal do. Secretaria da Educação e Lazer - SEDEL. “Dispõe sobre a reorganização das atividades pedagógicas e a realização do teletrabalho, devido à suspensão das atividades escolares presenciais para prevenir

o contágio pelo Coronavírus e dá providências correlatas”. **Resolução Sedel nº 06/20**, Diário Oficial de Guarujá, ano 19, v. 4417, p. 8-9, 24 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.guaruja.sp.gov.br/edicoes-diario-oficial/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GUARUJÁ, Prefeitura Municipal do. SEDEL. Estudo Remoto 2020. **Informativos Digitais da Prefeitura Municipal do Guarujá**, Site da Prefeitura do Guarujá, ano 20, v. 1, n. 1, p. 1-1, 27 abr. 2020d. Disponível em: <https://www.guaruja.sp.gov.br/educacao/estudo-remoto/estudo-remoto-2020/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema Agregador de Informações do IBGE – Cidades@**: IBGE; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

IBIPORÃ. Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã. **Instrução normativa nº 01/20**. Dispõe sobre os procedimentos para a realização de atividades não presenciais, no período de suspensão emergencial das aulas na Rede Municipal de Educação Básica de Ibiporã. Ibiporã-Pr: Diário oficial: nº 1107, p. 12-15, 7 de maio, 2020a. Disponível em: <https://www.ibipora.pr.gov.br/jornal-oficial/index.php?ano=2020>. Acesso em 28 mar. 2020.

IBIPORÃ. Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã. **Instrução Normativa 02/20**. Dispõe sobre a inserção de recursos audiovisuais à metodologia de ensino não presencial adotada pela Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares do ano de 2020 e sobre a atuação dos profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino Fundamental e da Educação Infantil, do Maternal ao Pré II, devido à suspensão das aulas por tempo indeterminado, em decorrência do coronavírus. Ibiporã-Pr: Diário Oficial, Nº 1.121, p. 16-21, 27 de maio de 2020b. Disponível em: <https://www.ibipora.pr.gov.br/jornal-oficial/index.php?ano=2020>. Acesso em 27 mar. 2020.

IBIPORÃ. Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã. **Plano de trabalho: metodologia de ensino não presencial**. Ibiporã, 2020d. Disponível em: <https://www.ibipora.pr.gov.br/jornal-oficial/index.php?ano=2020>. Acesso em 28 mar. 2020.

IBIPORÃ. Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã. **Resolução SME nº 01/20**. Dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho a ser composto de Professores e Educadores do QPM – Quadro Próprio do Magistério, intérpretes e tradutores de Libras, com vistas à produção de material audiovisual destinado a estudantes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Ibiporã. Diário Oficial, Nº 1.125, p. 30-31, 02 de junho de 2020c. Disponível em: <https://www.ibipora.pr.gov.br/jornal-oficial/index.php?ano=2020>. Acesso em 28 mar. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2018**. MEC: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da saúde pública decorrente do coronavírus. **Decreto nº 4230/20**, Diário Oficial, 16 mar. 2020. Disponível em: http://www.aen.pr.gov.br/arquivos/Decreto_4230.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, bem como sobre recomendações no setor privado estadual. **Decreto nº 64.862/20**, Diário Oficial, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64862-13.03.2020.html>. Acesso em: 29 mar. 2021.

Capítulo 4

**AS VERTENTES POSITIVAS DO MARKETING
ESTRATÉGICO PARA O MERCADO COMPETITIVO**

Alessandro Alves Santos

Amanda Batista Do Nascimento Souza

Dariane Duarte

Claudio Neves Lopes

Michele Abib Pernice

AS VERTENTES POSITIVAS DO MARKETING ESTRATÉGICO PARA O MERCADO COMPETITIVO

Alessandro Alves Santos

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém

alessandro.arte@hotmail.com,

Amanda Batista Do Nascimento Souza

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém

amandabatista745@gmail.com

Dariane Duarte

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém

dariane-duarte@hotmail.com,

Claudio Neves Lopes

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém

claudiooliveira.pedagogo@gmail.com,

Michele Abib Pernice

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém

michelepernicedocencia@gmail.com.

Resumo - O presente estudo visa analisar as vertentes positivas do marketing estratégico para o mercado competitivo. Na introdução, são abordados os impactos causados devido às atribuições ocasionadas por fatores externos, sendo assim buscando também apresentar as estratégias desenvolvidas, para manter-se ativo no meio empresarial. A metodologia utilizada para esse estudo foram as pesquisas bibliográficas, ou seja, a busca por descritores como: marketing, estratégia competitiva e mercado, em livros e artigos científicos. Portanto, o meio empresarial tem demonstrado mudanças constantes. Para isso, as corporações tiveram que traçar estratégias para permanecerem ativas, por isso, tiveram que recorrer ao marketing como melhor alternativa para sedimentar suas marcas e enfrentar os abalos econômicos e permanecer no mercado.

Palavras-chave: Marketing. Estratégias. Mercado.

Introdução

Em meio a um mundo globalizado, as organizações têm procurado maneiras de se destacarem frente à alta competitividade no mercado e às dificuldades que as adversidades trazem para a empresa, buscando ferramentas eficientes que possam proporcionar um diferencial em meio à concorrência, além de mantê-la atuante mesmo diante de alguma dificuldade. Diante desse cenário, as empresas têm tomado a iniciativa de investir no marketing estratégico, que é uma área focada na geração de valor sobre o produto, serviço ou sobre a própria marca de um negócio, tendo como objetivo a conquista e a fidelização de clientes.

Em vista de todos esses fatores, tem como importância a promoção da empresa em buscar alinhar o negócio aos desejos e às necessidades do cliente, resultando, caso necessário, no desenvolvimento de estratégias e na manutenção e crescimento do negócio. Mas nem sempre esse planejamento é utilizado e surgem diversos fatores que acabam levando as empresas à falência, fazendo parte da estimativa de 40% das organizações que fecham antes dos cinco anos de vida.

Cabe informar que a análise estratégica ajuda na verificação dos pontos fortes e fracos em relação ao meio empresarial ao qual está inserida e a partir disso conquistar o mercado.

Segundo Pipkin (2003), para realizar uma análise estratégica internamente, é preciso avaliar a capacidade de produção ou de prestação de serviços, dependendo do seguimento da empresa; verificando se possui os recursos materiais necessários para atender a demanda desejada, se consegue ser flexível em relação aos seus produtos ou serviços, acompanhando mudanças que possam ocorrer tanto no meio interno quanto no meio externo da empresa.

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica de literatura pertinente, que possibilita um melhor fundamento teórico, além de artigos específicos.

Para Cervo e Bervian (2006), o método é um conjunto de procedimentos dispostos de forma coordenada que se fizeram eficientes ao decorrer da história da ciência para a análise de uma dada verdade. De acordo com os autores, a elaboração de uma boa "metodologia é fundamental para atender os objetivos da pesquisa e obter, quando possível, a resposta para o problema formulado" (CERVO;

BERVIAN, 2006, p. 28).

Desta forma, pode-se compreender que o método se trata de um epítome de técnicas que devem ser seguidos para realização da pesquisa. Diante disso, a estratégia utilizada no presente trabalho acadêmico é a pesquisa qualitativa, destinada a apreender e discutir os fatos e fenômenos, quer dizer, não se limita a registrá-las ou a meramente a descrevê-las.

Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi utilizado uma metodologia de pesquisa relacionada dentro de livros e fontes bibliográficas, a partir de estudos pertinentes ao tema, possibilitando um aprimoramento sobre o estudo e configurando em uma análise qualitativa com base nos referenciais teóricos.

Resultados

Conhecer e entender o que é marketing é muito importante para que as empresas consigam enfrentar as tribulações e se manterem ativas no mercado, além de conseguirem fazer um bom planejamento estratégico e assim obter vantagens competitivas e destaque no mercado com ações que possam cativar, conquistar e fidelizar o cliente (SENAI, 1999).

Para Kotler (2000, p. 30), “marketing é um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros”.

O marketing visa a geração de valor ao serviço ou produto ofertado ou até mesmo a marca do negócio, adaptando a oferta ao que o consumidor deseja ou necessita, para conquistá-lo e fidelizá-lo e, para isso, é extremamente importante fazer uma análise estratégica para manutenção e crescimento do negócio. A análise estratégica ajuda a verificar os pontos fortes e fracos em relação ao meio empresarial que está inserida e a partir disso conquistar o mercado.

Segundo Pipkin (2003), para fazer uma análise estratégica, é necessário analisar os elementos internos e externos da empresa. Internamente, é preciso avaliar a capacidade produção ou de prestação de serviços, dependendo do

seguimento da empresa; verificando se possui os recursos materiais necessários para atender a demanda desejada, se consegue ser flexível em relação aos seus produtos ou serviços, acompanhando mudanças que possam ocorrer tanto no meio interno quanto no meio externo da empresa; se tem qualidade para competir com seus concorrentes e se possui tecnologia para acompanhar as constantes mudanças da era da internet.

Ainda na análise dos elementos internos, é preciso também fazer um diagnóstico sobre os recursos humanos disponíveis para saber se há experiência, conhecimento e competência necessária para atingir os objetivos da empresa, se há qualidade na prestação do serviço, afinal muitas vezes são apenas os colaboradores da empresa que tratam com os clientes e esse tratamento pode fazer toda a diferença entre a fidelização ou não. Além disso, a capacidade financeira também é fator fundamental para elaborar estratégias de sucesso para o negócio, pois a empresa terá despesas com pessoal, equipamentos, propaganda, tecnologia utilizada em seus produtos e sistemas e, ainda, gastos com desenvolvimento e pesquisas (EXAME, 2020).

A análise externa se dá pela obtenção de informações e o conhecimento de clientes, concorrência e governo e seus fatores políticos legais e econômicos. Os clientes são os principais focos das empresas, afinal sem clientes não há como estar no mercado. Agradar, conquistar e fidelizar são alguns elementos para uma boa estratégia de marketing e, para isso, a empresa deve apurar a demanda, fazer pesquisas de mercado para conhecer e entender o comportamento de consumo.

Conhecer os concorrentes, seus comportamentos e estratégias mercadológicas ajuda a empresa a orientar-se no meio em que atua, identificar oportunidades, evoluir e, até mesmo, encontrar novos nichos de mercado, criando vantagem competitiva. Além desses elementos da análise externa, conhecer o ambiente político é fundamental, pois influencia nas operações empresariais, na tributação de produtos e serviços e na economia (FERREIRA, 2012).

Discussão

Em março de 2013, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a fabricação, distribuição e comercialização do suco ADES após uma falha no

processo de higienização, fazendo com que algumas pessoas passassem mal. A empresa detentora da marca na época, a Unilever, informou que perdeu entre 60 milhões a 70 milhões de euros (entre R\$ 192 milhões e R\$ 224 milhões, aproximadamente) em vendas do suco ades no Brasil em 2013 (BALIEIRO, 2013).

Para recuperar o mercado, a empresa investiu em estratégias de marketing. Primeiramente avisou aos consumidores sobre o ocorrido e prestou assistência médica aos afetados. Em sua linha de produção, todos os operadores foram treinados novamente. Além disso, houve revisão do software da máquina que apresentou defeito e o plano amostral das linhas foi ampliado, aumentando, segundo Debs - o vice-presidente da empresa à época, a segurança do produto antes de ser liberado para consumo (MENDES, 2013).

O Walmart nasceu como um pequeno varejista, nos Estados Unidos, em 1962, e hoje possui aproximadamente 10.500 lojas e clubes em 24 países. Com a pandemia, investiu em marketing digital e integrou seus canais físicos e digitais. Os clientes podem comprar pelo site ou pelo aplicativo retirar os produtos em 2.500 lojas com a comodidade. A empresa lançou também o delivery em 1.000 lojas que prometem entregar os pedidos on-line em 2 horas (WALMART, 2021).

Com o mundo em constantes mutações, as empresas têm tomado decisões importantes em busca de manter-se ativas no mercado, porém nem sempre essas ações refletem de forma positiva e acabam levando muitas organizações à falência. Lidar com este momento de fechamento é extremamente delicado para qualquer empresário, porém pode ser considerado um estímulo para um recomeço, partindo disso avaliar os erros cometidos anteriormente e evitá-los para que o sucesso possa ser alcançado (RIBEIRO, 2018).

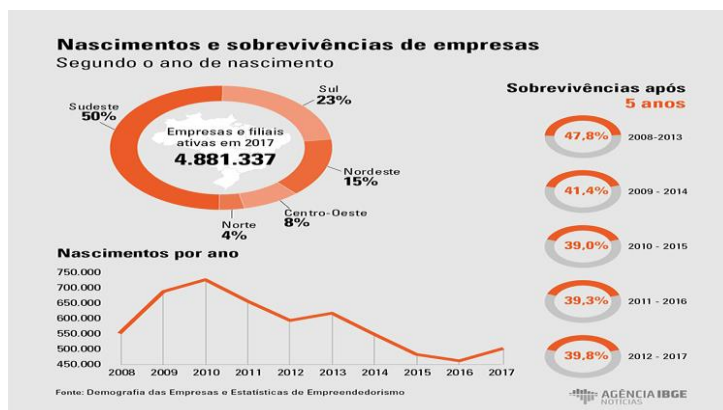
No Brasil, cerca de um milhão de empresas fecham por ano, esse número formou-se devido ao momento que o mundo se encontra em meio a pandemia, porém as empresas vêm demonstrando instabilidade em outros momentos anteriores ao atual. Há três anos em dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 762,9 mil organizações fecharam as portas, um número extremamente alto (SOUZA, 2020).

Desse número total, 3,7 milhões das empresas já estavam em funcionamento em 2017. A taxa de sobrevivência era de 84,1%. Consequentemente, as 15,9%

restantes foram fechadas. No balanço entre as companhias que abriram e as que encerraram as atividades, a taxa de saída foi de 17,4% (SOUZA, 2020).

Dados extraídos da revista Veja (2019), mostram que apenas 40% das empresas, nesta época, conseguiam sobreviver após 5 anos de atividade, conforme demonstrado na figura 1, que trata do nascimento e sobrevivência de empresas.

Figura 1: Nascimento e sobrevivência de empresas



Fonte: VEJA, 2019

Fica evidente na demonstração da figura 1, que retrata o nascimento e sobrevivência de empresas, que com todo esse caos, ao tentar se manter no mercado, surgem diversos questionamentos sobre os principais erros cometidos por essas empresas. Sendo alguns destes fatores que levam a este fim, a ilusão de independência, não definir o público alvo, não definir o valor do investimento, entre outros, porém a principal falha é a falta de investimento no marketing estratégico que realiza a organização, o planejamento e a divulgação da organização proporcionando o engajamento e o destaque em meio à concorrência.

Nos dias atuais, as dificuldades e os erros persistem, o que levam ao fechamento. A falta de planejamento e investimento levam a autossabotagem que contribui para o alto índice de falência no Brasil (MENDES, 2013).

As estratégias de marketing são um conjunto de ações eficazes que mostram que no mercado o produto ou serviço que a empresa oferece, realmente tem diferencial competitivo que merece a atenção do consumidor. Além disso, as vantagens das estratégias de marketing podem ser grandiosas nas questões de:

fidelização de clientes; reduções de custos; garantias e fortalecimentos das marcas; melhorias nas decisões tomadas e aumento motivacional das equipes. Mas para implantar essas estratégias, é preciso ver que cada cliente tem um nicho diferente, sendo assim, necessário entender a preferência individual de cada um, para que seja entregue o que mais o satisfaz (FERREIRA, 2012). Atualmente, as empresas vêm se destacando por terem conteúdos de excelente qualidade, chamando a atenção do consumidor e desafiando seus concorrentes. Contudo, o crescimento de determinado estabelecimento faz com que os outros ‘quando do mesmo assunto’ se questionem o porquê não conseguem sair do lugar, tendo que adotar uma nova estratégia (SOUZA, 2020).

Vale destacar a importância de saber se manter no topo por tempo indeterminado sem a desqualificação da produção e qualidade de determinado produto, podendo essa desatenção levá-los diretamente ao declínio.

Sendo essa via uma mão dupla, assim como as vantagens, existe também as desvantagens ao definir as estratégias de marketing, sendo elas: dificuldades de implantações; processos demorados; altos custos para aquelas que são pequenas e médias empresas, em grande parte das vezes não compensando todo o investimento feito se não forem observados os pontos que são essências para o desenvolvimento e implantação das estratégias definidas (SOUZA, 2020).

Conclusão

A realização deste estudo demonstra o quão importante é a elaboração de um planejamento estratégico de marketing, demonstrando meios aos quais os empresários podem usufruir para passar por adversidades e se manter firme no mercado.

Às vezes o planejamento estratégico de marketing pode ser visto pelos empresários, como se fosse só mais uma despesa, mas na verdade é um excelente meio de se manter no mercado, garantindo o bom estado da empresa economicamente, mantendo a competitividade e alcançando clientes.

A aplicação do marketing é realizada com base nos dados da empresa, analisando seus elementos internos, como a capacidade produção ou de prestação de serviços, flexibilidade de adaptação dos produtos, qualidade, recursos humanos

e capacidade financeira e elementos externos, como conhecer os clientes, concorrência e governo e seus fatores políticos legais e econômicos.

Ao utilizar o marketing, a empresa pode manter-se ativa no mercado, aplicando ações que mesm mediante de adversidades como uma pandemia, por exemplo, evite sua falência.

Referências

BALIEIRO, S. Unilever: O problema com Ades é passado. **Época Negócios**, 2013. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/04/unilever-o-problema-com-ades-e-passado.html>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

EXAME. Cinco empresas que ficaram mais digitais e competitivas no meio da pandemia. **Época**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/5-empresas-que-ficaram-mais-digitais-e-competitivas-no-meio-da-pandemia/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FERREIRA, A. Sebrae lista os 6 maiores erros de quem vai à falência; saiba como evitá-los. **UOL Economia**, 2012. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/04/04/sebrae-lista-os-6-maiores-erros-de-quem-vai-a-falencia-saiba-como-evita-los.htm>. Acesso em: 26 abr. 2021.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. 10ª Edição. São Paulo: PrenticeHall, 2000.

MENDES, P. Vice da Unilever diz que dano causado por Ades é como uma afta. **G1 Economia**, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/vice-da-unilever-diz-que-dano-causado-por-ades-e-como-uma-afta.html>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PIPKIN, A. **Marketing internacional: uma abordagem estratégica**. 2ª Edição. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

RIBEIRO, M. L. 21 principais erros que levam as empresas a fecharem as portas. **Rede Jornal Contábil**, 2018. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/21-principais-erros-que-levam-as-empresas-a-fecharem-as-portas/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SENAI. Departamento Nacional. Perfil: **Marketing: conceitos básicos**. Rio de Janeiro: SENAI-DN. Versão preliminar. Brasília, 1999. 94 p.

SOUZA, S. Cerca de um milhão de empresas fecham as portas por ano no

Brasil, diz IBGE. **TerraEconomia/FDR**, 2020. Disponível em:
<https://fdr.com.br/2020/10/23/cerca-de-um-milhao-de-empresas-fecham-as-portas-por-ano-no-brasil-dizibge/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20IBGE,fechando%20as%20portas%20em%202018.&text=O%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Geografia,Empresas%20e%20Estatísticas%20de%20Empreendedorismo>. Acesso em: 24 abr. 2021.

VEJA. Seis em cada dez empresas fecham em cinco anos de atividade, aponta IBGE. **Veja Economia**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/seis-em-cada-dez-empresas-fecham-em-cinco-anos-de-atividade-aponta-ibge/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

WALMART. **Our Story**: Our Business. Walmart, 2021. Disponível em: <https://corporate.walmart.com/our-story/our-business>. Acesso em: 28 abr. 2021.

Capítulo 5

**BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM
PORTADORES DE FIBROMIALGIA**

Rutielen dos Santos Souza

Marcus Vinicius Peralva Santos

BENEFÍCIOS DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS EM PORTADORES DE FIBROMIALGIA

Rutielen dos Santos Souza

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Salvador – UNIFACS

rutielen01r@gmail.com

Marcus Vinicius Peralva Santos

Biólogo. Doutor em Geologia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

INTRODUÇÃO: A fibromialgia (FM) é uma síndrome crônica dolorosa de causa desconhecida, que se manifesta como uma dor generalizada, principalmente na musculatura, podendo manifestar outros sintomas como fadiga, sono não reparador, alteração de memória, ausência de atenção, ansiedade e em alguns casos até depressão. Os tratamentos farmacológicos atrelados a esta síndrome são focados nos sintomas apresentados pelos pacientes, tendo como objetivo aliviar dores, melhorar o condicionamento físico, qualidade do sono, além de estabelecer o equilíbrio físico e mental. Segundo a Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, em 2018 a fibromialgia foi detectada em 2% da população com idade média de 35,8 anos, tendo predominância no sexo feminino e não apresentando relação com os hormônios. Em média a cada 10 casos, sete são em mulheres apresentando idade entre 30 a 60 anos, apesar de ter registros de casos em pessoas mais velhas, e até mesmo em crianças e adolescentes. **OBJETIVO:** Pontuar os benefícios das terapias alternativas e complementares com abordagem holística em portadores de fibromialgia (SFM), com destaque a Auriculoterapia, Acupuntura e Ventosaterapia. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa e caráter descritivo. A pesquisa bibliográfica foi feita nas bases de dados online da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Pubmed e pelo portal Bvs durante um período de 8 meses, no ano de 2020. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A auriculoterapia (AT) através do pavilhão vem apresentando eficácia para o alívio de dores agudas e crônicas, com redução da sua intensidade nas primeiras 48h de início

da terapêutica, além de ser um recurso seguro. A Acupuntura embora seja amplamente aceita por pacientes e equipes multidisciplinares, a pesquisa realizada até agora não forneceu evidências suficientes de que ela possa ser eficaz na síndrome fibromiálgica. A ventosaterapia mostra-se muito eficaz em pacientes com fibromialgia, pois vem associada a uma massagem relaxante. Um dos sintomas comuns são as dores nas costas crônicas, normalmente associada a ansiedade, estresse do dia a dia, onde são geradas alterações físicas, emocionais e socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O estudo constata que a temática divide opiniões no meio científico, mas as práticas integrativas e complementares em saúde PICS vem apresentando benefícios frente às patologias crônicas bem como minimizando sintomas agudos e crônicos, com exposição de efeitos adversos inferiores aos tratamentos farmacológicos.

Palavras-chave: Fibromialgia; Tratamentos; PICS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIOLI, D. P.; TAVARES, A. L. F.; BERTOLINI, G. R. F. Auriculotherapy: neurophysiology, points to choose, indications and results on musculoskeletal pain conditions. *Brazilian Journal Of Pain*, v. 2, n. 4, p. 1-6, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672020001800302&lang=pt. Acesso em: 03 out. 2021.

BAI, Y. et al. Efficacy of acupuncture on fibromyalgia syndrome: a Meta-analysis. *J Tradit Chin Med*. 15, v. 34, n. 4, p. 381-391, 2014. Disponível em: <http://www.journaltcm.com/modules/Journal/contents/stories/144/1.pdf> Acesso em: 7 dez. 2020.

BRAZ, A.S.; PAULA, A.P.; DINIS, M.F.F.; ALMEIDA, R.N. Uso da terapia não farmacológica, medicina alternativa e complementar na fibromialgia. *Rev. Bras. Reumatol*. v.51 n.3, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0482-50042011000300008&lang=pt. Acesso em: 02 dez. 2020.

LAUCHE, R.; CRAMER, H. HÄUSER, W.; DOBOS, G.; LANGHORST, J. A Systematic Overview of Reviews for Complementary and Alternative Therapies in the Treatment of the Fibromyalgia Syndrome. Hindawi Publishing Corporation 2015. Disponível em: <http://downloads.hindawi.com/journals/ecam/2015/610615.pdf> Acesso em: 02 dez. 2020.

LEE, A.C et al. La acupuntura como alternativa terapéutica en el abordaje de la fibromialgia. Revista Cubana de Reumatología v. 18, n. 3, p. 318-325, 2016. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/08/911207/la-acupuntura-como-alternativa-terapeutica-en-el-abordaje-de-la_xvj809L.pdf Acesso em: 02 dez. 2020.

MORAIS, B. X. et al. Auriculotherapy and reducing chronic musculoskeletal pain: integrative review. Revista Brasileira de Enfermagem, [S.L.], v. 73, n. 6, p. 1-9, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2595-31922019000400356&script=sci_arttext&tling=pt. Acesso em: 10 fev. 2021.

ROBERT B. K.; M. D.; M. S.; JOEL W.; D. O. ACUPUNCTURE FOR PAIN. American Family Physician. v. 100, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.aafp.org/afp/2019/0715/afp20190715p89.pdf> Acesso em: 02 dez. 2020.

STIVAL, R. S. M. et al. Acupuncture in fibromyalgia: a randomized,controlled study addressing the immediate pain response. rev bras reumatol. v.54, n. 6, p. 431–436. 2014. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2255502114001473?token=E9982D8429769F2F0FBD1AC504E8A42C326365B54AC371EF7AE59AC848F08E605FC0F1C2629FF78D963DB5C2FA9E3B1A> Acesso em: 07 dez. 2020.

URRUELA, M. A., SUAREZ-ALMAZOR, M. E. Acupuncture in the Treatment of Rheumatic Diseases. Curr Rheumatol Rep. v. 14, n. 6, p. 589–597, 2012. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3691014/pdf/nihms413074.pdf> Acesso: 07 dez. 2020.

VAS, J. et al. Efeitos da acupuntura em pacientes com fibromialgia: protocolo de estudo de um ensaio clínico randomizado multicêntrico controlado. Trials 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3055832/pdf/1745-6215-12-59.pdf> Acesso em: 07 dez. 2020.

Capítulo 6

**ENFITEUSE E O DIREITO DE SUPERFÍCIE: A
CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE POR MEIO
DE USUCAPIÃO**

Isabel Cristina Schweig

Wilgner Gabriel Albuquerque

ENFITEUSE E O DIREITO DE SUPERFÍCIE: A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE POR MEIO DE USUCAPIÃO⁶

Isabel Cristina Schweig

Acadêmica do sexto semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim/RS. E-mail: isabelkumm72@gmail.com.

Wilgner Gabriel Albuquerque

Acadêmico do sexto semestre do Curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim/RS. E-mail: contato.Wilgner.Albuquerque@gmail.com

Resumo: Amplamente utilizada no Brasil Império, a enfiteuse definida como um direito real em contrato perpétuo, pelo qual se adquiria o domínio útil de certo imóvel, está foi extinta quanto as novas enfiteuses e subenfiteuses no Código Civil de 2002, ficando as que subsistirem sob a égide do Código Civil de 1916. Assim, dando lugar ao direito se superfície que seria a reformulação da antiga enfiteuse, baseado no Estatuto da Cidade e instaurando ao instituto margem para que esse fosse explorado pela usucapião, cujo é a criação de um direito sob o lapso temporal. O objetivo é o de obter maiores informações acerca das diferenças entre a enfiteuse e o direito de superfície, bem como a incidência da usucapião sobre o direito de superfície. A metodologia utilizada aqui se deu por meio do método indutivo, mediante pesquisa em material bibliográfico e legislação. Os resultados e conclusões foram que extinção da enfiteuse se justifica pelo caráter abusivo que o instituo possuía no Código Civil de 1916, de que as diferenças entre esses dois institutos são perpetuidade, onerosidade e abrangência quanto ao desfrute total do terreno e de que a há possibilidade de se obter o direito de superfície por consequência de usucapião.

Palavras-chave: Direitos Reais. Enfiteuse. Direito de Superfície. Usucapião

Introdução

O presente resumo expandido pretende discorrer acerca da distinção entre o instituto da enfiteuse e o direito de superfície. A enfiteuse é compreendida como sendo

⁶ O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Direito Civil VI, do Curso de Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus Erechim, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Lippstein.

um instituto extinto do anterior Código Civil de 1916, tendo como característica a perpetuidade de um terceiro quanto ao domínio útil da coisa, por meio de pagamento de uma pensão ou foro ao senhorio que sempre era o proprietário originário do bem. Há semelhança do instituto citado com o direito de superfície, contudo, aqui sempre há um tempo determinado para a utilização da coisa alheia. Quanto a usucapião, essa se entende como sendo um método de se adquirir o direito de propriedade sobre a coisa cujo o indivíduo cuida e zela por um lapso temporal linear considerável.

É nessa conexão entre usucapir uma propriedade e se adquirir um novo direito sobre o bem que se encontra a problemática da questão, que seria a de haver ou não a possibilidade de se adquirir o direito de superfície por intermédio de usucapião. A inspiração para a concretização desse resumo expandido é a necessidade de se proteger os direitos humanos e a liberdade dos cidadãos, uma vez que o direito à propriedade é garantia constitucional, presente no artigo 5º, inciso XXII da Constituição Federal. O fato se justifica pelo constante aumento de ações no judiciário brasileiro para se resolver litígios envolvendo posse e propriedade, sendo a usucapião uma oportunidade de se conseguir ou não viabilizar o acesso ao direito de superfície. O que passaria a criar novos indivíduos possuidores de direito real.

Dando sequência, o objetivo geral almejado nesse resumo expandido é o de obter maiores informações e detalhes sobre as diferenças entre a enfiteuse e o direito de superfície. Por sua vez, os objetivos específicos estipulados são: fazer uma breve retomada sobre a enfiteuse, distinguir esses dois institutos, por fim, avaliar a possibilidade da existência do direito de superfície por meio da usucapião. Sendo que as etapas para atingir essas metas serão estruturadas de modo decrescente, partindo da conceituação dos institutos e do assunto mais geral para o mais específico, que seria o resultado sobre a indagação nuclear do resumo expandido.

A metodologia utilizada para se atingir os objetivos expostos se dará por meio do método indutivo, utilizando pesquisa bibliográfica e análises com foco nas doutrinas, estudo comparado e por meio de uma revisão acerca da legislação brasileira. A prática da metodologia será realizada mediante a leitura sistemática, a partir de livros e periódicos presentes na biblioteca da URI – Erechim e por artigos científicos encontrados nas bases de dados on-line disponíveis na internet.

Desenvolvimento

Primeiramente, para que seja possível a compreensão total sobre os institutos que serão trabalhados nesse resumo, se faz necessário que esses sejam conceituados de maneira clara. Iniciando pela enfiteuse, Paulo Nader diz:

A enfiteuse é instituto abolido pelo Código Civil de 2002, uma vez que havia caído em desuso. Perduram as relações enfiteuticas pré-constituídas, em atenção ao princípio constitucional do respeito, pela lei nova, ao ato jurídico perfeito. A enfiteuse é direito real perpétuo, pelo qual o proprietário, sob a vigência da legislação anterior, transferia ao enfiteuta o domínio útil do imóvel, mediante a contraprestação de um foro ou pensão anual. (NADER, 2016, p. 219).

Com isso entende-se que a enfiteuse constitui um direito real perpétuo, já que a prestação (pensão anual) é paga ao senhorio de modo ilimitado, não havendo um tempo limite para que a ação se esgotasse ou que os efeitos do ato jurídico cessassem. Essa espécie de parcela era uma maneira de compensar a utilização que se tinha em face do terreno do senhorio, entendida como um quase aluguel. Nesse aspecto, Gonçalves esclarece: o enfiteuta tem a obrigação de pagar ao senhorio uma pensão anual, também chamada cânon ou foro. A falta de pagamento do foro por três anos consecutivos acarreta o comisso, que é uma forma de extinção da enfiteuse (2017, p. 747).

Além desse ônus eterno, ao vender a terra pertencente ao proprietário (senhorio direto) o enfiteuta (possuidor do domínio útil do imóvel) admitia a contraprestação do laudêmio, ou seja, uma taxa correspondente ao valor da transação do imóvel, conforme especifica Gonçalves:

O senhorio, por sua vez, tem direito de preferência, ou prelação, quando o enfiteuta pretende transferir a outrem o domínio útil em caso de venda judicial (CC, art. 689). Se não exercesse o direito de preferência, o senhorio teria direito ao laudêmio, isto é, uma porcentagem sobre o valor da transação, que podia ser convencionada livremente. Entretanto, seria de 2,5% sobre o preço da alienação, se outra não houvesse sido fixada no título de aforamento (art. 686). (2017, p. 747).

Entendido o que seria a enfiteuse, passa-se para a explanação sobre o direito de superfície e sua historicidade legislativa, na visão de Nader:

De origem romana, o instituto da superfície permaneceu no ordenamento jurídico pátrio até meados do séc. XIX, quando não foi considerado direito real pelo art. 6º da Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864, e, segundo Lafayette R. Pereira, “a essência da superfície consiste em ser direito real;

tirando-se-lhe a natureza de direito real, ela deixa de existir”.⁶ O Código Civil de 1916 não se referiu ao direito de superfície, mas regulou o semelhante instituto da enfiteuse (arts. 678 a 694). O Dec.- Lei nº 271, de 28.02.1967, visando o melhor aproveitamento do solo, instituiu a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, que se assemelha ao instituto da superfície, mas que não alcançou receptividade na prática negocial.⁷ A diferença fundamental entre a concessão de uso e a superfície consiste no fato de que, na primeira, não se verifica a cisão das propriedades, pois o concedente preserva o domínio do solo e da superfície, assumindo o concessionário apenas o direito real de uso e gozo. Destarte, na concessão de uso não se opera a exceção ao princípio das acessões: superfícies solo cedit.⁸ O direito de superfície ressurgiu entre nós, propriamente, com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10.07.2001), arts. 21 a 24, mas limitado ao espaço urbano. (2016, p.382 e 383).

Portanto, o direito de superfície trata-se de uma remodelação em face do instituto da enfiteuse, abolindo o caráter perpetuo da enfiteuse e abrangendo a melhor utilização do terreno. Assim, enquanto que na enfiteuse o pagamento do foro era obrigatório (sempre gerando vantagem econômica ao senhorio) no direito de superfície há a possibilidade de tal direito ser obtido de forma gratuita também conforme art. 1370 do Código Civil (BRASIL, 2002).

Por conseguinte, adentrando na esfera da usucapião, é possível afirmar que esse instituto é constituído por duas elementares que seria a aquisição e a extinção de direitos por influência do tempo. Por essa concepção, Gonçalves justifica que:

A primeira, regulada no direito das coisas, é *modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais* suscetíveis de exercício continuado (entre eles, as servidões e o usufruto) pela posse prolongada no tempo, acompanhada de certos requisitos exigidos pela lei; a segunda, tratada na Parte Geral do Código, é a perda da pretensão e, por conseguinte, da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso dela durante determinado espaço de tempo. (2017, p. 273).

Sabido, então, que a usucapião é oriunda do tempo em que o indivíduo se faz possuidor de determinado imóvel gerando direito sobre tal, cabe fazer uma breve exemplificada quando a classificação desse instituto. Nesse sentido, conforme aponta Gonçalves:

O direito brasileiro distingue três espécies de usucapião de bens imóveis: a extraordinária, a ordinária e a especial ou constitucional, dividindo-se a última em rural (pro labore) e urbana (pró-moradia ou pro misero e familiar). Há, ainda, uma modalidade especial, a usucapião indígena, estabelecida no Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73), cujo art. 33 dispõe: “O índio integrado ou não, que ocupa como próprio, por dez anos consecutivos, trecho de terra inferior a cinquenta hectares, adquirir-lhe-á a propriedade plena”. As terras

objeto dessa espécie de usucapião são rurais e particulares, observando-se, na ação, o procedimento comum, uma vez que o Código de Processo Civil de 2015 não manteve o rito especial previsto nos arts. 941 a 945 do diploma de 1973, apesar de se referir à “ação de usucapião de imóvel” nos arts. 246 e 259. (2017, p. 276).

Adentrando no âmbito da aplicabilidade desse instituto perante o direito de superfície, percebe-se que doutrinariamente a usucapião é aceita dentro do direito de superfície pois a propriedade superficiária é propriedade imobiliária ocorrendo a usucapião dentro do direito sobre coisa alheia, porém na realidade se mostra uma prática limitada, melhor recomendado que o superficiário pleiteie o domínio pleno do imóvel (SILVA, 2011, p. 12).

Para que o proprietário concedente inicie o direito e dever da pretensão reintegratória ou reivindicatória é preciso esperar o fim do prazo do contrato de superfície, ou seja, o começo da contagem de prazo para a usucapião aconteceria após a extinção do direito de superfície. Neste sentido a ideia de usucapião extraordinária não prospera, pois o *animus* do superficiário seria em relação a propriedade do imóvel, não existindo a usucapião apenas da superfície sem o solo (SILVA, 2011, p. 12).

Pensando em outra hipótese em que poderia ocorrer a usucapião da superfície por exemplo, seria do usucapiente ciente da existência de superficiário sem a posse atual, se transformar em possuidor do direito de superfície mesmo sem ter *animus dominandi* em relação ao solo. No direito Brasileiro não se debate muito sobre as hipóteses elencadas pois raramente estas aparecem no mundo real (SILVA, 2011, p. 12).

Conclusão

A título de considerações finais, faz-se necessário analisar se os objetivos traçados na introdução foram atingidos utilizando método indutivo e a metodologia prática aplicada.

Em primeiro lugar, o objetivo geral era o de obter maiores informações e detalhes sobre as diferenças entre a enfiteuse e o direito de superfície. Pode-se dizer que tal objetivo foi alcançado, visto que se obteve êxito acerca do que seria cada instituto e suas implicações na esfera jurídica (revogação da enfiteuse e instituição do direito de superfície) e no mundo dos fatos (usucapião do direito de superfície e os reflexos da enfiteuse na contemporaneidade).

E tinha como objetivos específicos: o de fazer uma breve retomada sobre a enfiteuse; o de distinguir esses dois institutos e, por fim, o de avaliar a possibilidade da existência do direito de superfície por meio da usucapião. O primeiro objetivo específico se refere ao fato de a enfiteuse ter sido extinta, nesse aspecto foi possível compreender que sua extinção se justifica pelo caráter abusivo que o instituo possuía no Código Civil de 1916. Referente ao segundo objetivo específico, de forma ampla afirma-se que as diferenças entre esses dois institutos se encontram e perpetuidade, onerosidade e abrangência quanto ao desfruto total do terreno do senhorio. Findando, o terceiro objetivo específico comporta a viabilidade de se adquirir o direito de superfície pela usucapião, o qual se teve resposta positiva sobre tal indagação, ou seja, é possível obter o direito de superfície por consequência de usucapião, conforme detalhado nos últimos tópicos do desenvolvimento desse resumo expandido.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume 5:** direito das coisas / Carlos Roberto Gonçalves. – 12. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil, volume 4:** direito das coisas. / Paulo Nader. – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SILVA, Priscilla Regina da. **DIREITO DE SUPERFÍCIE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA.** XIX Seminário de Iniciação Científica da PUC-RIO. Centro de Ciências Sociais - Departamento de Direito, 2011. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2011/resumos_ccs_direito.html . Acesso em: 12 agos. 2021.

TEJERINA, Víctor Hugo Velázquez. **DIREITO DE SUPERFÍCIE E SEUS ASPECTOS RELEVANTES.** 9º Mostra Acadêmica UNIMEP, 2011. Disponível em: <http://unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/9mostra/4.html>. Acesso em: 15 agos. 2021.

Capítulo 7

**VÓRTICES IMPOSTAS PELA COVID-19: ANÁLISES DAS
PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DA PÓS-GRADUAÇÃO**

Maria do Carmo Duarte Freitas

Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz

Carmem Kistemacher Barche

VÓRTICES IMPOSTAS PELA COVID-19: ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DA PÓS-GRADUAÇÃO

Maria do Carmo Duarte Freitas

Docente da Universidade Federal do Paraná, graduada em Engenharia Civil e mestra e doutora em Engenharia de Produção e Sistemas, carmemk2@gmail.com.

Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz

Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, graduada em Ciências Econômicas e mestra e doutora em Engenharia de Produção, fernandacbpereira@gmail.com.

Carmem Kistemacher Barche

Docente na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, bacharel e mestra em Administração e doutoranda em Gestão da Informação, carmemkistbarche@gmail.com.

Resumo: Em março de 2020, o sistema educacional mundial, assim como diversos setores produtivos tiveram alterações drásticas, em função da declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) de situação de pandemia da Covid 19. O ensino e a pesquisa na pós-graduação tiveram significativas modificações, inclusive interrupções. Face a estas considerações, este trabalho busca responder: Como o estudante da pós-graduação da UFPR percebeu as mudanças provocadas pela pandemia? O objetivo principal é identificar a percepção do estudante com o ensino remoto. Utilizou-se dados coletados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram analisadas as respostas dos 949 estudantes de pós-graduação da UFPR que preencheram o instrumento e informaram que tiveram aulas remotas durante a pandemia no ano de 2020. Para a análise dos dados foram construídos gráficos utilizando o software R. Mesmo diante de um cenário de falta de planejamento e a necessidade urgente de adoção de medidas para minimizar o impacto da pandemia na educação, verificou-se que, de uma maneira geral, os estudantes da pós-graduação stricto sensu da UFPR tiveram uma percepção positiva com itens avaliados no Ensino Remoto Emergencial (ERE). Acredita-se que os estudantes compreenderam os esforços das pessoas envolvidas em continuar prestando os serviços em casa, mesmo diante das dificuldades com acesso à internet, recursos computacionais, e em muitos casos, tendo as relações familiares e sociais afetadas.

Palavras-chave: Pós-graduação. Estudantes. Ensino Remoto. Pandemia.

Abstract: In March 2020, the world education system, as well as several productive sectors, underwent drastic changes, due to the declaration of the World Health Organization (WHO) of a Covid 19 pandemic situation. modifications, including interruptions. In view of these considerations, this work seeks to answer: How did the UFPR graduate student perceive the changes caused by the pandemic? The main objective is to identify the student's perception of remote teaching. Data collected by the Dean of Graduate Studies (PRPPG) of the Federal University of Paraná (UFPR) were used. The responses of the 949 UFPR graduate students who filled out the instrument and reported that they had remote classes during the pandemic in 2020 were analyzed. For data analysis, graphs were constructed using the R software. lack of planning and the urgent need to adopt measures to minimize the impact of the pandemic on education, it was found that, in general, UFPR stricto sensu graduate students had a positive perception with items evaluated in Remote Teaching Emergency (RTE). It is believed that the students understood the efforts of the people involved in continuing to provide services at home, even in the face of difficulties with internet access, computing resources, and in many cases, having family and social relationships affected.

Keywords: Postgraduate studies. Students. Remote Teaching. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A turbulência provocada pela pandemia da Corona Virus Diseases (COVID-19) evidenciou os desafios sociais, econômicos, científicos e educacionais em todas as nações. Em todos os níveis educacionais foram profundas as mudanças - a sala de aula adentrou aos lares de milhões de professores e alunos. Momentos que requerem capacidade de adaptação, inovação ou quiçá reinvenção do processo de ensino e aprendizagem que se intensificou no uso de ferramentas e práticas baseada em tecnologias educacionais. O esforço no compartilhamento do conhecimento busca mitigar e reduzir a gravidade inerente à emergência sanitária no âmbito das universidades em todos os níveis - graduação e pós-graduação.

No Brasil, os cursos de pós-graduação - entendida como “todo e qualquer curso que se segue à graduação” também foram surpreendidos pela pandemia e seus desdobramentos. Estes cursos foram regulamentados pelo Parecer CFE nº 977/65, em 3 de dezembro de 1965, que apresenta como características fundamentais: serem de natureza acadêmica, oportunizar a pesquisa científica, conferir grau acadêmico de especialização, mestrado e doutorado (BRASIL, 1965, sem paginação).

O foco deste estudo é nas pós-graduações "stricto sensu" que contemplam mestrado e doutorado. Desde 2017, a Pró-Reitoria de Programa de Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) oportuniza aos estudantes de mestrado e doutorado cursarem as denominadas "disciplinas transversais". Estas surgiram por decisão do coordenador dos cursos stricto sensu ao observar que muitas disciplinas são comuns (transversais) a um conjunto de cursos (ex., estatística, metodologia da pesquisa, filosofia da ciência, etc.). A oferta destas otimiza a demanda do corpo docente, imagine que a instituição tem cerca de 90 cursos de PPG que ofertam por exemplo Metodologia da Pesquisa. Ademais, e apesar de muitos profissionais terem boa fluência no escopo de disciplinas formativas, muitos não possuem o mesmo aprofundamento quando comparados a docentes que se dedicam especificamente a estes temas como suas principais áreas de atuação acadêmica.

Dentre as estratégias de mitigação e supressão do contágio da COVID-19 – que é transmitida por aproximação a outras pessoas contagiadas ou a objetos que tiveram em contato com pessoas contagiadas –, têm-se medidas de distanciamento social, quarentena, isolamento e lockdown, cujo resultado se demonstra efetivo, sobretudo, quando há pessoas já infectadas e assintomáticas (FERGUSON et al., 2020). Como estratégia para evitar a propagação do coronavírus, e a preocupação com a saúde da comunidade acadêmica, fez com que, em pouco tempo, as aulas e avaliações, em todos os níveis de ensino, inclusive na pós-graduação stricto sensu, passassem a ocorrer de forma virtual mediadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Diante deste cenário turbulento, infere-se que, o ensino e a pesquisa na pós-graduação tiveram significativas modificações, inclusive interrupções. Face a estas considerações, este trabalho busca responder: Como o estudante da pós-graduação da UFPR percebeu as mudanças provocadas pela pandemia? O objetivo principal é identificar a percepção do estudante com o ensino remoto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em vista do objetivo deste estudo, nos subtópicos 2.1 e 2.2, tratar-se-á de aspectos relacionados aos impactos da pandemia na Pós-graduação e o ensino remoto durante a pandemia.

2.1 Impactos da pandemia na pós-graduação

Com a rápida disseminação mundial do coronavírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, declarou situação de pandemia da Covid-19, e diversos setores da sociedade tiveram que adaptar-se abruptamente, tal qual a educação superior. Os cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, tiveram as atividades suspensas desde 20 de março de 2020 (UFPR, 2020), determinada pela Portaria nº 343 do Ministério da Educação (BRASIL, 2020a).

Com essa mudança incalculada, as aulas presenciais em todos os programas de pós-graduação foram imediatamente suspensas, salvo em alguns cursos da área da saúde, passando estes por avaliação individual quanto às atividades. Diante dessas premissas, os impactos foram sentidos em todos os aspectos. Consideremos o quanto isso modificou a estrutura, o convívio com os outros, bem como a rotina no que tange ao sistema educacional. Arruda (2020), salienta que na educação, a situação de pandemia e isolamento social, promoveu desconstruções de como o processo de ensino e aprendizagem eram vistos.

Em junho de 2020, uma nova Portaria, nº 544 do Ministério da Educação (BRASIL, 2020b), resolveu autorizar a substituição de disciplinas presenciais no sistema de ensino federal, por atividades letivas utilizando recursos educacionais digitais e tecnologias de informação e comunicação.

Uma pesquisa realizada por Assunção-Luiz et al. (2021), demonstrou que o cenário de pandemia, impactou demasiadamente os alunos de Pós-graduação, tanto em suas rotinas, como afetando aspectos de saúde mental. Ainda, citam que, as adaptações emergenciais atropeladas, tem relação direta com o surgimento dessas condições psicológicas negativas.

Garcia da Costa e Nebel (2018) já haviam identificado, em uma pesquisa com 2.903 estudantes de pós-graduação, com objetivo de avaliar a saúde mental, que 74% dos respondentes alegaram ansiedade, 31% insônia e 25% depressão; e as prováveis justificativas para tal, seria que o fato do ambiente de pós-graduação ser altamente desafiador, com demandas e cobranças intensas, prazos, desafios, somados ainda a dificuldades financeiras, questões familiares, pessoais e profissionais.

Somando a tudo citado no parágrafo precedente, nos deparamos ainda com uma pandemia mundial, com recessões econômicas e cortes de bolsas largamente divulgados pela mídia desde 2018, quando mais se precisa da ciência, esta realizada nos diversos programas de pós-graduação existentes, tem-se visualizado um desmonte ocorrendo na educação.

Relatório realizado com 399 discentes do Instituto Oswaldo Cruz em isolamento social, descreveu relatos de sofrimento mental, emocional e pressões constantes, e, apesar disso, há evidências de preocupação constante com os compromissos da pós-graduação, como prazos, términos e prorrogações (ARAUJO-JORGE et al., 2020).

Inúmeras pesquisas desenvolvidas na pós-graduação foram comprometidas em seu andamento devido ao isolamento social, por não conseguirem acesso aos laboratórios e departamentos da Universidade, bem como pela dificuldade de locais para coleta de dados, além do que, diversos programas de pós-graduação tiveram que intervir em prazos para conclusões das pesquisas vigentes (ASSUNÇÃO-LUIZ ET AL., 2021).

Podemos inferir também que a rotina dos docentes sofreu total desestabilização, impactando na forma de organização e disponibilização dos conteúdos, além de que muitos serviram como ponto de apoio aos discentes, no quesito motivação e persistência na continuidade dos trabalhos.

Pontes e Rostas (2020), percebem que as atribuições do docente ultrapassam, em meio a pandemia, o domínio do conteúdo, tendo este que aprender usar diversas ferramentas on-line, adequar seu conteúdo ao ensino remoto, além do que, fica sob sua incumbência a mobilização dos estudantes no quesito de interesse e motivação.

2.2 Ensino remoto durante a pandemia

Frente à necessidade imposta pelo isolamento social e paralisação de todas as atividades educacionais presenciais, surgiu a configuração do ensino remoto emergencial (ERE), para atendimento excepcional nesse novo cenário.

Diferente dos cursos e disciplinas que são construídos com metodologias projetadas para acontecer de forma virtual, o ensino remoto emergencial despontou como o nome propriamente diz, emergencialmente. Conforme aponta Assunção-Luiz

et al. (2021), o EAD é conduzido por profissionais devidamente preparados e tendo um suporte adequado para as aulas e avaliações, já no ERE, Hodges et al. (2020), discorrem que o objetivo é fornecer uma solução temporária ao sistema educacional, de forma rápida e disponível em meio à crise provocada pelo COVID-19, e não de criar um sistema educacional robusto.

Um estudo realizado por Moraes et al. (2020), retrata um relato docente em uma disciplina de pós-graduação que passou pela transição do ensino presencial para o ERE em um Instituto Federal de Educação no Sergipe, tendo como objetivo de discutir as mudanças realizadas nas práticas pedagógicas, concluindo que, apesar da utilização de vários recursos tecnológicos para suprir as necessidades do ensino remoto, perdura os fatores de ordem socioeconômica e familiar como dificultador, podendo comprometer os objetivos traçados, visto que as realidades dos sujeitos é diversa. Todavia, os autores consideram que na experiência analisada, notadamente houve muitos aprendizados e um amplo processo reflexivo justaposto por docentes e discentes.

Semelhante estudo foi realizado com mestrandos e doutorandos por Toso et al. (2020), em uma atividade remota na modalidade de workshop na área da saúde, com objetivo de avaliar e relatar a atividade realizada em ERE, identificou nos participantes da pesquisa, aspectos positivos quanto a atividade de ensino ofertada de modo remoto, visto que os mesmos identificaram planejamento robusto, que houveram estratégias pedagógicas bem definidas, além de boas interações de diálogo e transferência de conhecimento entre os pares envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Biotto e Serra (2020), refletiram em um trabalho sobre experiências com ensino remoto na pós-graduação em engenharia, ponderando que as ferramentas remotas cumpriram (diga-se, por hora, continuam cumprindo), um papel importante de conexão entre docentes e discentes, todavia, em consonância com o que tratamos no item 2.1 deste artigo, os aspectos psicológicos tiveram grande impacto sobre a saúde mental e a motivação em estudar via ERE.

O ERE se mostra uma solução contingencial muito interessante e promissora, com vistas a gerar boas discussões sobre essa temática em cenários futuros oportunos, visando em outro momento complementaridade e não mais emergência,

todavia, se faz necessário, a análise de percepções, satisfações e insatisfações da aplicação deste modelo, com vistas à oportunizar melhorias para possíveis novas aplicações.

3 METODOLOGIA

Os dados foram coletados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) utilizando um questionário online encaminhado aos estudantes matriculados nos diversos programas de pós-graduação da Universidade. O questionário era composto por 104 questões e para este artigo foram selecionadas 56 questões relacionadas à avaliação de quesitos relacionados à pandemia.

As questões sobre a avaliação da pós-graduação durante a pandemia eram fechadas utilizando uma escala Likert de 5 pontos – “Péssimo”, “Ruim”, “Regular”, “Bom”, “Excelente - que consistiam em assertivas a respeito dos Blocos sobre: i) aulas remotas durante a pandemia, ii) avaliação dos laboratórios, iii) avaliação da percepção da qualidade da secretaria do programa, iv) dos serviços da PRPPG, v) da biblioteca e vi) disciplinas transversais. Os respondentes também tinham a possibilidade de escolher as opções “não sei” e “não se aplica”.

Foram analisadas as respostas dos 949 estudantes de pós-graduação da UFPR que preencheram o instrumento e informaram que tiveram aulas remotas durante a pandemia no ano de 2020. Destaca-se que este número variou conforme as assertivas e blocos. Deste total, 366 avaliaram os laboratórios, 910 as secretarias dos programas de pós-graduação, 908 os serviços da PRPPG e a Biblioteca e 287 as disciplinas transversais ofertadas pela PRPPG/UFPR para os estudantes e desenhadas a partir de temas comuns à formação dos pesquisadores, permitindo maior integração e troca de experiências entre os programas, alunos e docentes.

Para a análise dos dados foram construídos gráficos utilizando o software R, considerando os valores relativos das questões preenchidas com a escala Likert, ou seja, as respostas informadas como “não sei” e “não se aplica” foram desconsideradas. Os eixos à esquerda informam a soma relativa dos valores “péssimo e ruim”, e os eixos à direita indicaram a soma dos valores “Bom” e “Excelente”. Os

valores regulares são apresentados no centro do gráfico. Foi considerada uma avaliação satisfatória aqueles itens cuja soma de “Bom” e “Excelente” são superiores a 70% e o restante, ou seja, caso a soma de “Péssimo”, “Ruim” e “Regular” sejam até 30%, foi considerado como sendo insatisfatório.

O software estatístico JAMOVI (versão 1.8.4), foi utilizado para calcular os coeficientes de consistência interna Alfa de Cronbach (α) e Ômega McDonald (ω) (TRIZANO-HERMOSILLA; ALVARADO, 2016). Os valores destes coeficientes acima de 0,70 são considerados aceitáveis e acima de 0,80 são considerados excelentes (NUNNALLY; BERNSTEIN, 1994).

4 RESULTADOS

4.1 Perfil dos respondentes

Mais da metade dos alunos que responderam à pesquisa são dos setores Ciências Biológicas com 137 respondentes (14,4%); Setor de Tecnologia com 123 (13%); Ciências Humanas com 122 estudantes (12,9%) e Sociais Aplicadas com 98 respondentes (10,3%). O restante se divide nos demais setores e campi da UFPR que ofertam cursos de pós-graduação conforme se verifica na Tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de estudantes respondentes por setor / UFPR

Setores	Estudantes	%	Acum.
Ciências Biológicas	137	14,4%	14,4%
Setor de Tecnologia	123	13,0%	27,4%
Ciências Humanas	122	12,9%	40,3%
Sociais Aplicadas	98	10,3%	50,6%
Ciências da Saúde	88	9,3%	59,9%
Setor de Educação	86	9,1%	68,9%
Ciências Agrárias	83	8,7%	77,7%
Ciências Exatas	77	8,1%	85,8%
Setor Palotina	33	3,5%	89,3%
Ciências da Terra	27	2,8%	92,1%
Artes, Comunicação e Design	18	1,9%	94,0%
Ciências Jurídicas	15	1,6%	95,6%
Educação Profissional e Tecnológica	11	1,2%	96,7%
Exatas e Tecnologia	11	1,2%	97,9%
Campus Pontal do Paraná	10	1,1%	98,9%
Setor Litoral	8	0,8%	99,8%

Não identificado	2	0,2%	100,0%
Total Geral	949	100,0%	-

4.2 Análise da satisfação

A consistência interna das questões considerados na análise foram medidas pelo α de Cronbach e ω de McDonald e em todos os casos apresentou valores acima de 0,8 (Tabela 2). Ao comparar as questões, verifica-se que a menor média foi encontrada no constructo Laboratório e a maior média naquele que avalia a Secretaria dos Programas de Pós-Graduação.

Tabela 2 – Confiabilidade dos Blocos

Blocos	N	A	Média	Desvio Padrão	Cronbach's α	McDonald's ω
Avaliação global	949	16	4,03	0,641	0.939	0.942
Laboratórios	366	5	3,79	0,831	0.863	0.869
Secretaria da Pós-Graduação	910	5	4,18	0,813	0.928	0.932
Serviços da PRPPG	908	4	4,11	0,721	0.936	0.937
Biblioteca	908	6	4,04	0,661	0.902	0.904
Disciplinas transversais	287	16	4,09	0,732	0,931	0,944

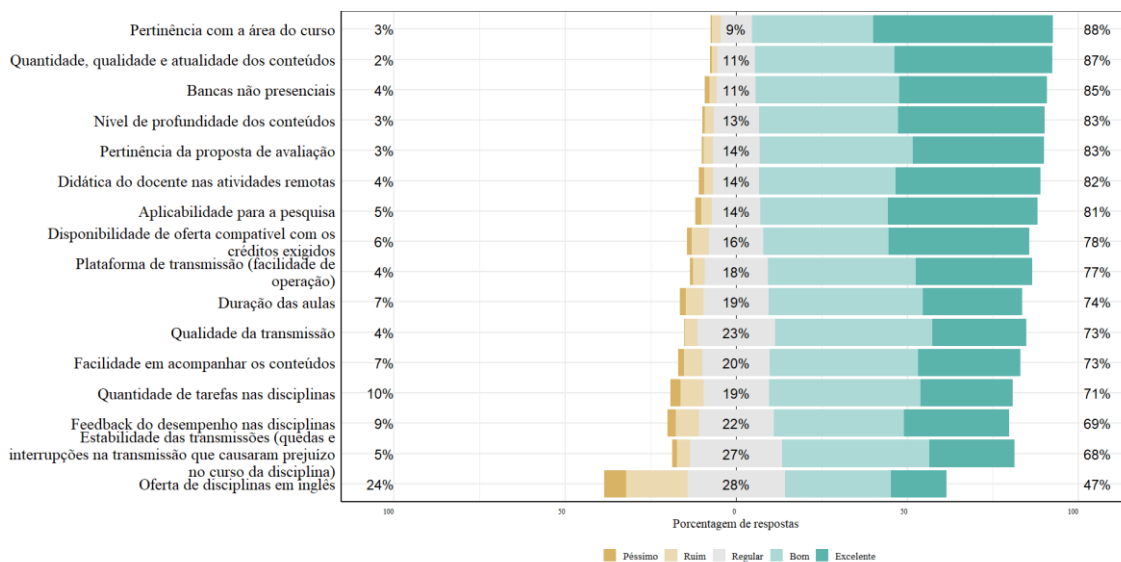
Obs: N indica o número de respondentes por Blocos e A o número de assertivas

Em relação à avaliação do conjunto de disciplinas da pós-graduação ofertadas durante o período da pandemia (regime remoto), os estudantes avaliaram um bloco com 16 assertivas e tiveram uma percepção positiva para a maioria dos itens analisados, com destaque para a pertinência com a área do curso; quantidade, qualidade e atualidade dos conteúdos; realização das bancas não presencial; nível de profundidade dos conteúdos; didática do docente nas atividades remotas e aplicabilidade para a pesquisa.

A percepção de insatisfação foi encontrada nos itens Feedback do desempenho nas disciplinas; Estabilidade das transmissões (quedas e interrupções na transmissão que causaram prejuízo no curso da disciplina) e a oferta de disciplinas em inglês, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1. Duas assertivas destes blocos tiveram um número menor de respondentes, em função das especificidades

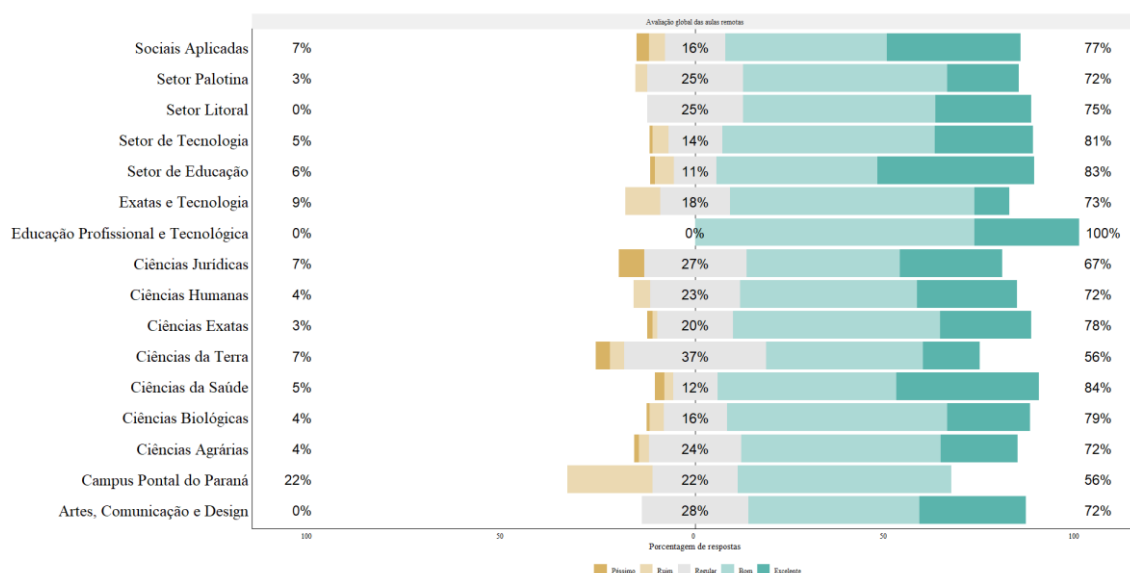
analisadas, como foi o caso das Bancas não presenciais e Oferta de disciplinas em inglês (511 e 548 estudantes respectivamente).

Gráfico 1 – Variáveis analisadas em relação às disciplinas da pós-graduação (Avaliação global)



O gráfico 2 traz a avaliação global das aulas remotas de acordo com o setor da UFPR. Percebe-se que as menores avaliações foram informadas pelos estudantes dos setores de Ciências Jurídicas (67%), e Ciências da Terra e Campus Pontal do Paraná, ambos com 56% de satisfação.

Gráfico 2 – Avaliação global das aulas remotas por área / setor do curso de pós-graduação



O instrumento utilizado continha 5 assertivas para mensurar a opinião dos estudantes a respeito do uso dos laboratórios durante a pandemia. Em função das especificidades dos programas de pós-graduação, foram analisadas as respostas dos 366 estudantes que avaliaram este Bloco, conforme apresentado na Tabela 03. A maior parte dos respondentes eram dos setores de Ciências Biológicas, Tecnologia, Ciências Agrárias e Ciências Exatas.

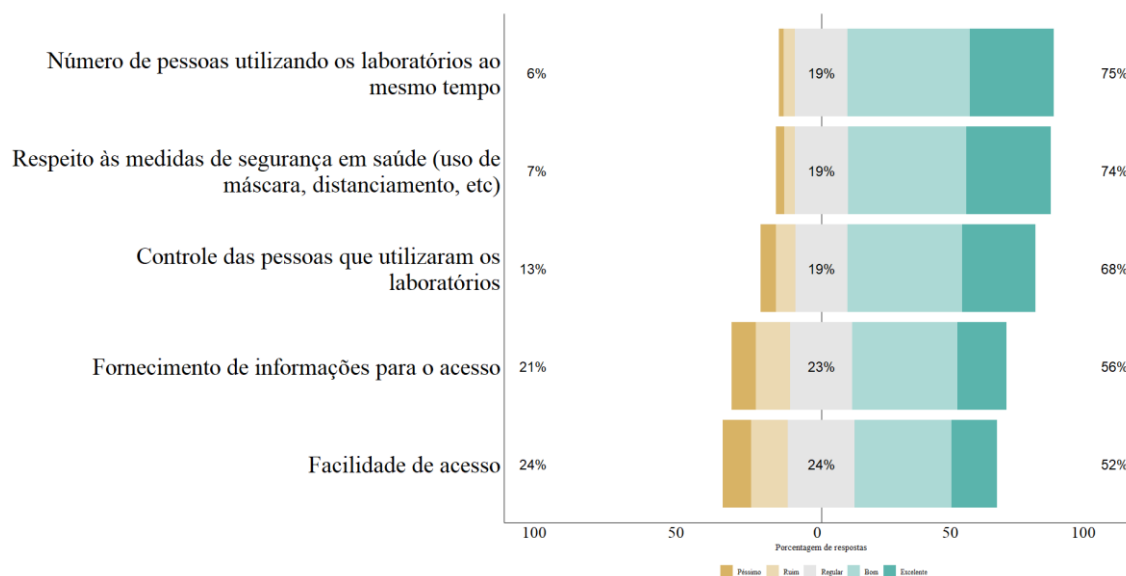
Tabela 3 – Uso dos laboratórios durante a pandemia por setor

Setor	N	Número de pessoas utilizando o laboratório ao mesmo tempo			Respeito às medidas de segurança em saúde			Controle das pessoas que utilizaram o laboratório			Fornecimento de informações para acesso			Facilidade de acesso		
		Neg .	Neu tra	Pos .	Neg .	Neu tra	Pos .	Neg .	Neu tra	Pos .	Neg .	Neu tra	Pos .	Neg .	Neu tra	Pos .
Ciências Biológicas	99	7	16	76	7	22	71	15	17	67	15	24	61	22	15	63
Setor de Tecnologia	59	9	14	77	9	18	73	13	20	68	24	24	53	22	28	50
Ciências Agrárias	50	0	21	79	5	17	79	8	15	77	26	30	44	27	19	54
Ciências Exatas	43	3	41	56	3	32	65	18	35	47	14	16	70	11	33	56
Ciências da Saúde	20	14	7	79	13	6	81	14	7	79	35	20	45	47	16	37
Sociais Aplicadas	19	9	27	64	8	8	85	20	20	60	32	16	53	40	27	33
Setor Palotina	18	0	6	94	0	18	82	6	12	82	0	28	72	0	37	63
Ciências da Terra	16	0	11	89	30	0	70	13	0	88	31	19	50	38	23	38
Ciências Humanas	12	17	50	33	0	63	38	0	67	33	42	17	42	27	36	36
Setor de Educação	8	0	0	100	0	0	100	0	0	100	25	25	50	33	33	33
Campus Pontal do Paraná	7	0	0	100	0	0	100	14	0	86	29	0	71	17	50	33
Educação Profissional e Tecnológica	6	0	60	40	0	33	67	0	33	67	0	33	67	33	33	33
Exatas e Tecnologia	5	25	0	75	25	0	75	25	0	75	20	40	40	0	75	25
Artes, Comunicação e Design	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	100	0	0
Ciências Jurídicas	1	0	0	100	0	0	100	0	0	100	100	0	0	0	0	100
Não identificado	1	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100
Setor Litoral	1	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100	0	0	100
Total	366	6	19	75	7	19	74	13	19	68	21	23	56	24	24	52

Obs: Neg. refere-se à soma relativa (%) dos valores 1 e 2; Neutra indica o número relativo (%) do valor 3. Pos. refere-se à soma relativa (%) dos valores 4 e 5.

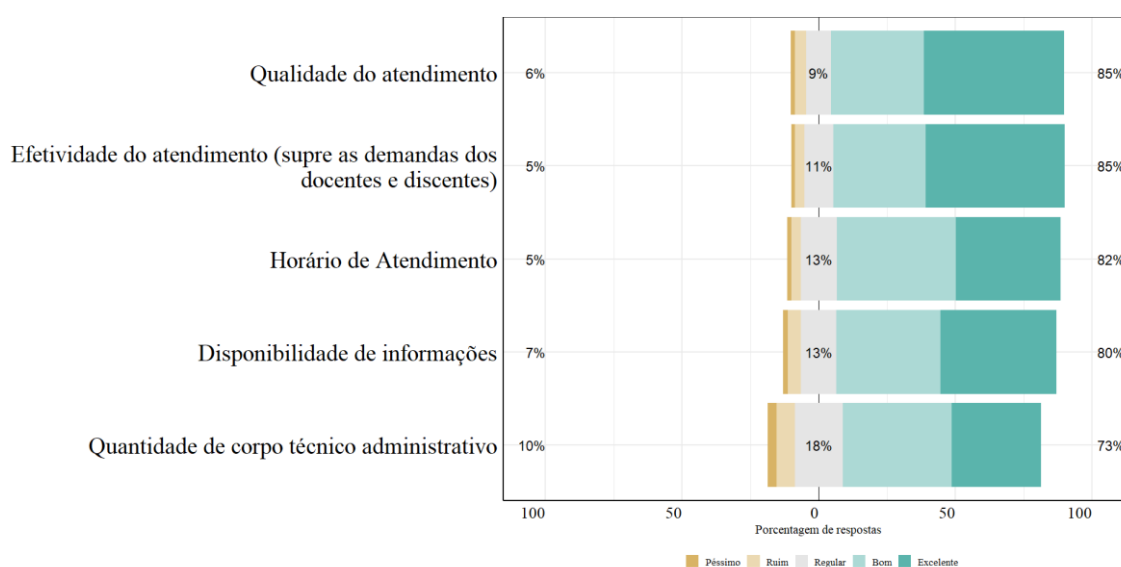
Em relação à avaliação sobre o uso dos laboratórios durante a pandemia, os itens com as menores avaliações foram a facilidade de acesso (52%), o fornecimento de informações para acesso (56%) e o controle das pessoas que utilizaram os laboratórios (68%).

Gráfico 3 – Assertivas a respeito do uso dos laboratórios



Todos os critérios utilizados para avaliar as secretarias dos programas de pós-graduação e os serviços da Pró-reitoria de pós-graduação (antes e/ou durante a pandemia) tiveram uma apreciação positiva, conforme ilustram os gráficos 4 e 5.

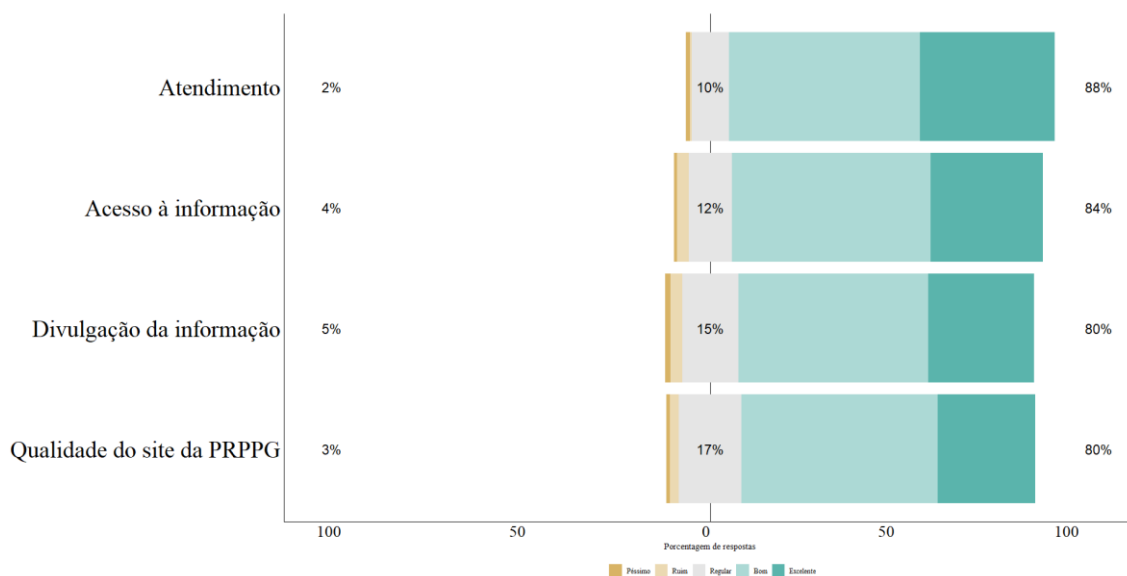
Gráfico 4 - Secretarias dos programas de pós-graduação



No caso das secretarias dos programas, a qualidade e a efetividade do atendimento, ou seja, a capacidade de atender as demandas dos docentes e

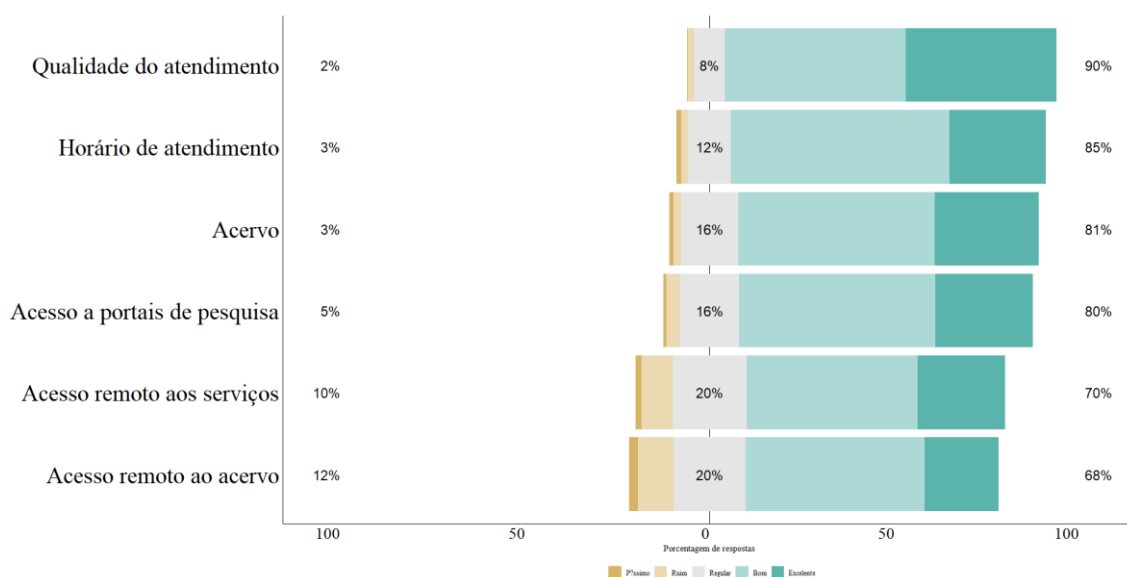
discentes foram avaliadas positivamente por 85% dos estudantes. Já o atendimento (88%) e o acesso à informação (84%) foram os itens mais bem avaliados na PRPPG.

Gráfico 5 - Serviços da PRPPG



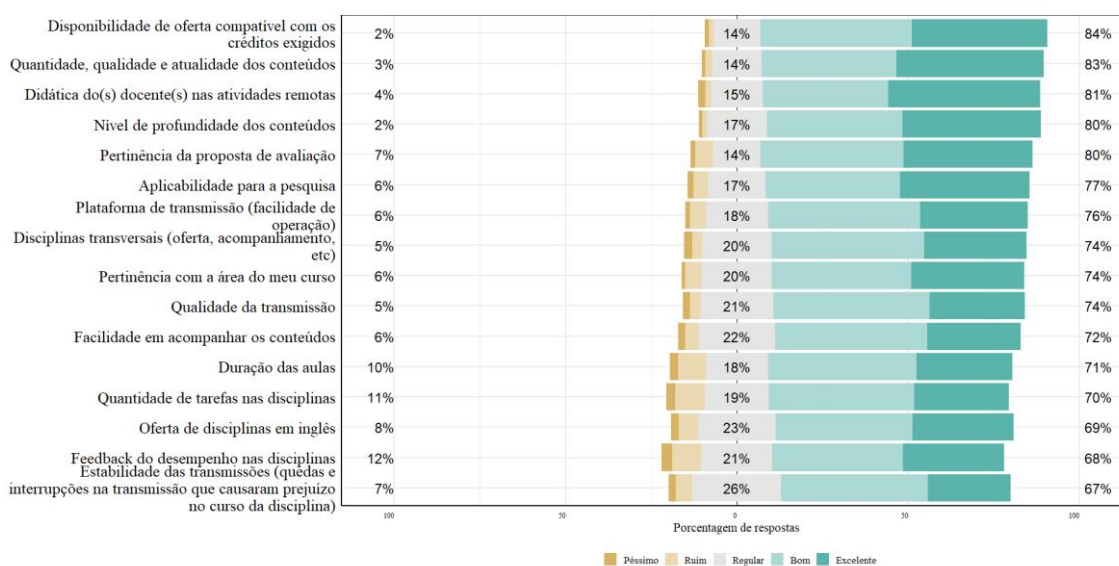
A maior parte dos critérios utilizados para avaliar os serviços da Biblioteca (antes e/ou durante a pandemia) tiveram uma apreciação positiva, exceto o acesso remoto ao acervo (68%).

Gráfico 6 - Biblioteca



Em relação à avaliação do conjunto de disciplinas transversais da pós-graduação ofertadas durante o período da pandemia, os estudantes tiveram uma percepção positiva para a maioria dos itens analisados, com destaque para disponibilidade de oferta compatível com os créditos exigidos, quantidade, qualidade e atualidade dos conteúdos; didática dos docentes, nível de profundidade dos conteúdos e pertinência da proposta de avaliação. A percepção de insatisfação foi encontrada nos mesmos itens analisados nas disciplinas ofertadas regularmente, ou seja, Feedback do desempenho nas disciplinas; Estabilidade das transmissões (quedas e interrupções na transmissão que causaram prejuízo no curso da disciplina) e a oferta de disciplinas em inglês, conforme pode ser visualizado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Disciplinas transversais



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Instituições de Educação Superior (IES) foram impactadas pela crise causada pelo Coronavírus e, diante da necessidade de medidas para evitar a disseminação e contágio, o trabalho remoto dos docentes e técnicos administrativos foi a solução para continuar as atividades em praticamente todos os níveis de ensino.

Os estudantes da pós-graduação passaram a utilizar recursos tecnológicos on-line como mecanismo de substituição das atividades presenciais. As defesas presenciais de teses de doutorado e dissertações de mestrado foram suspensas e passaram a realizadas por meio virtual.

Mesmo diante de um cenário de falta de planejamento e a necessidade urgente de adoção de medidas para minimizar o impacto da pandemia na educação, verificou-se que, de uma maneira geral, os estudantes da pós-graduação stricto sensu da UFPR tiveram uma percepção positiva com itens avaliados no ERE, com destaque para a pertinência com a área do curso; quantidade, qualidade e atualidade dos conteúdos; realização das bancas não presencial; nível de profundidade dos conteúdos; didática do docente nas atividades remotas e aplicabilidade para a pesquisa. A percepção de insatisfação foi encontrada nos itens Feedback do desempenho nas disciplinas; Estabilidade das transmissões (quedas e interrupções na transmissão que causaram prejuízo no curso da disciplina) e a oferta de disciplinas em inglês. Os laboratórios tiveram alguns itens com avaliações mais baixas, comparada ao restante dos quesitos da pesquisa.

Todos os critérios utilizados para avaliar as secretarias dos programas de pós-graduação e os serviços da Pró-reitoria de pós-graduação (antes e/ou durante a pandemia) tiveram uma apreciação positiva. Acredita-se que os estudantes compreenderam os

Esforços das pessoas envolvidas em continuar prestando os serviços em casa, mesmo diante das dificuldades com acesso à internet, recursos computacionais, e em muitos casos, tendo as relações familiares e sociais afetadas. No caso das secretarias dos programas, a qualidade e a efetividade do atendimento, ou seja, a capacidade de atender as demandas dos docentes e discentes foram avaliadas positivamente por 85% dos estudantes. Já o atendimento (88%) e o acesso à informação (84%) foram os itens mais bem avaliados na PRPPG.

A maior parte dos critérios utilizados para avaliar os serviços da Biblioteca (antes e/ou durante a pandemia) tiveram uma apreciação positiva, exceto o acesso remoto ao acervo (68%).

Observou-se que, durante este período de pandemia, os docentes da pós-graduação inovaram nas formas de ensino, utilizando recursos da tecnologia da

informação e comunicação; modificaram assuntos de interesse em relação à pesquisa, de modo a atender as demandas regionais e do país. Cabe destacar o papel protagonista dos estudantes, que mesmo diante de disparidades sociais e econômicas, tornaram-se mais autônomos em relação às pesquisas e geração de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO-JORGE, T. et al. Os efeitos do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 no corpo discente da pós-graduação do IOC. Rio de Janeiro: **Fiocruz/IOC**, 2020. 38 p.
- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede - Revista De Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.auniredede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 02 out. 2021.
- BIOTTO, C; SERRA, S. M. P. Experiência de ensino remoto emergencial na pós-graduação em engenharia. Anais do: **XLVIII Congresso brasileiro de educação em engenharia e III Simpósio Internacional de educação em engenharia da ABENGE**, Universidade de Caxias do Sul, dez de 2020.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**. Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília, DF: DOU de 18/03/2020, ed. 53, Seção 1, Pg. 39. 2020a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília, DF: DOU de 17/06/2020, ed. 114, Seção 1, Pg. 62. 2020b.
- FERGUSON, N. M.; LAYDON, D.; NEDJATI-GILANI, G.; IMAI, N.; AINSLIE, K.; BAGUELIN, M.; et al. Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand. **Imperial College COVID-19 Response Team**. London, 16 mar. de 2020. DOI: <https://doi.org/10.25561/77482>.
- GARCIA DA COSTA, E; NEBEL, L. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis**, Santiago, v. 17, n. 50, p. 207-227, agosto de 2018.
- HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>, 2020. Acesso em: 30 set. 2021.

- MORAIS, H. L. B. et al. De ensino presencial para o remoto emergencial: adaptações, desafios e impactos na pós-graduação. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.10, n.1, p. 180-193, número temático - 2020.
- NUNNALLY, J. C.; BERNSTEIN, I. H. Psychometric theory (3rd edition). New York: McGraw-Hill New York, 1994.
- PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**: v. 18, especial, 2020, p. 278 - 300.
- TRIZANO-HERMOSILLA, I.; ALVARADO, J. M. Best Alternatives to Cronbach's Alpha Reliability in Realistic Conditions: Congeneric and Asymmetrical Measurements. **Frontiers in Psychology**, 7, 769, 2016. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00769>.
- TOSO, B. R. G. de O. et al. Abordagem sobre Interdisciplinaridade em Saúde na Pós-Graduação em Tempos de Pandemia: Experiência de Atividade Remota e Síncrona. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1161, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v10i3.1161>. Acesso em: 03 out. 2021.
- UFPR. **Portaria nº 754/Reitoria, de 19 de março de 2020**. Disponível em: https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2020/03/SEI_UFPR-2585569-Portaria.pdf. Acesso em: 26 set. 2021.

Capítulo 8

**AS POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO
NA ATUALIDADE**

Mariana Rita de Paulo

AS POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE

Mariana Rita de Paulo

Marianadepaula162@gmail.com

RESUMO: O texto, na área de Políticas educacionais, objetivou apresentar as Políticas de Currículo para o ensino médio na atualidade. A metodologia se baseou na revisão bibliográfica. Realizou-se uma entrevista com um profissional do âmbito escolar, onde entende-se o quão importante é sempre estarmos informados com as leis que asseguram a educação, já que as políticas educacionais são responsáveis para garantir uma educação de qualidade para todos, formando assim melhores profissionais em nossa sociedade.

Palavras-chave: Políticas educacionais, Currículo e Ensino médio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema, Políticas de Currículo do Ensino Médio na Atualidade, objetivando compreender as políticas existentes em nosso país com ênfase no ensino aprendizagem dos educandos no ensino médio. O estudo se deu a partir de pesquisa bibliográfica em sites, artigos, blogs.

O trabalho foi organizado de modo a tratar sobre o que é política e política educacional, as políticas de currículo para o ensino médio na atualidade. A importância do estudo é entender os diversos tipos de políticas, as mudanças que tem ocorrido no currículo do Ensino Médio com os interesses voltados para a profissionalização dos educandos e não para a preparação dele para o mercado de trabalho.

O QUE É POLITICA E POLÍTICA EDUCACIONAL

Política é ação que o cidadão desempenha para exercer seus direitos em relação à assuntos públicos através do seu voto e da sua opinião.

Segundo Bezerra (2020):

A palavra política tem sua origem da palavra grega “polis” que significa “cidade”. Neste sentido, determinava a ação empreendida pelas cidades-estados gregas para normalizar a convivência entre seus habitantes e com as cidades-estados vizinhas. (p.1)

A política procura um consenso para que a comunidade possa conviver pacificamente. Então ela se faz necessária para vivermos em sociedade e porque nem todos os cidadãos pensam igual. (BEZERRA, 2020)

Quando a política é exercida dentro de um mesmo Estado podemos chamar de política interna e quando acontece entre Estados diferentes denomina-se de política externa. (BEZERRA, 2020)

Aristóteles foi um dos primeiros filósofos a definir o conceito de política. Em seu livro “*Política*” ele explica que a mesma é um meio para alcançar a felicidade dos cidadãos. Então, o governo deve ser justo e as leis, obedecidas. (BEZERRA, 2020)

O sociólogo Max Weber no século XIX, quando o mundo industrializado se concretizava, definiu: “A política é a aspiração para chegar ao poder dentro do mesmo Estado entre distintos grupos de homens que o compõem.” (BEZERRA, 2020)

A palavra política pode ser utilizada também para se referir à organização e administração de qualquer instituição privada, como as empresas, as escolas, os sindicatos, etc. Sempre que alguém tem o poder de tomar decisões por outras pessoas, podemos dizer que há uma relação política entre as partes, entre os que administram e os que obedecem. (TURMINHA DO MPF, 2016)

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

As políticas públicas podem parecer desnecessárias, porque o governo seria o principal responsável pela direção da política da sociedade. Porém, o governo tem diversas atribuições como garantir o funcionamento da economia e da justiça, e a defesa do território, prezando pelo bem-estar dos cidadãos. (BEZERRA, 2020)

Quando aparece determinado problema e que necessita de uma solução particular, aí que surge a chamada política pública. Podemos definir política pública como ações do governo para resolver um problema público, utilizando análises e avaliações. A política pública deve contar com a colaboração dos cidadãos para resolver problemas que atingem a sociedade civil. (BEZERRA, 2020)

Já a política social tende a ser uma nova estruturação com objetivo de distribuir riquezas de forma mais igualitária. Tendo como objetivo garantir condições mínimas de cidadania como habitação, saúde, educação e consciência ecológica. (BEZERRA, 2020).

Há ainda outras qualificações para as políticas que abordam aspectos mais específicos das relações em sociedade. Há a denominação de política fiscal, como o conjunto de medidas que o governo irá utilizar para que as contas de um Estado estejam em equilíbrio. Se um Estado gasta mais do que recolhe impostos, o governo deve tomar decisões para diminuir esses gastos, ao contrário sua dívida crescerá. Podendo privatizar empresas públicas ou até ocorrer a diminuição dos salários dos funcionários. (BEZERRA, 2020).

Já a política monetária, consiste em controlar a inflação, da taxa de juros e da quantidade de dinheiro que circula num país. Os responsáveis pela condução da política monetária são os Bancos Centrais e os Ministérios de Economia de um Estado que ditam as regras econômicas de um país. (BEZERRA, 2020).

O QUE É POLÍTICA EDUCACIONAL?

As políticas educacionais são programas ou ações criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos.

Na atualidade, temos dois modelos de política educacional que correspondem às práxis políticas aristotélicas e platônicas. Na platônica, há a política educacional tecnocrática e na linha aristotélica, há a política educacional municipalizante. (BRUINI, 2020)

Na linha platônica, é um pequeno grupo de pessoas representantes do Estado que elaboram a política educacional e também desenvolve a atividade normativa sobre o sistema de ensino público, entretanto não são responsáveis pelo fornecimento do ensino (BRUINI, 2020). É uma elite conhecida como representante da tecnocracia. Na área educacional a tecnocracia tem um perfil contrário a democracia, já que consecutivamente reserva para si o direito das virtudes necessárias para a direção da educação. (BRUINI, 2020)

“A legislação educacional é outro instrumento técnico da política educacional, que garante a homogeneização ideológica na educação e a centralização administrativa.” (BRUINI, 2020)

A política municipalizante é uma escolha para a política educacional tecnocrática de inspiração platônica. Ela tem um poder maior em favor dos locais onde se estabelece a autonomia do conjunto escolar, o que é frequentemente compreendido como municipalização do ensino. (BRUINI, 2020)

A política educacional municipalizante garante recursos públicos, sem ter vínculos com posições político-partidárias e necessita participação, controle e comprometimento por parte da comunidade para a área da educação. (BRUINI, 2020)

Segundo Bruini (2020):

Essa descentralização não requer a existência da dispendiosa burocracia. Há bastante flexibilidade nos currículos escolares, permitindo que ocorram mudanças quando e onde elas se fizerem necessárias. A gestão de cada unidade escolar é bastante democrática, pois os (as) diretores (as) de cada escola pertencem à comunidade em que ela está localizada, o que faz da figura do administrador escolar uma espécie de ponte entre a instituição e o contexto em que ela está inserida. (p.1)

Então, a política educacional se relaciona com o contexto e a organização de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade onde ela se encontra. Se um povo tem como cultura democrática e atua nas decisões políticas, provavelmente sua política educacional aceite as sugestões e desejos da população, mas onde os contextos são autoritários, nos quais o povo é visto por ter uma cultura extremamente dominadora, é comum prevalecer uma política educacional de cunho platônico. (BRUINI, 2020)

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Segundo a Faculdade Unyleya (2019), existem diversas iniciativas de grande importância no nosso país. Conheça algumas delas a seguir:

Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, voltada para aqueles que não terminaram os estudos na idade correta; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e de educação tecnológica, inclusive para alunos matriculados no Ensino Médio regular (MedioTec); Programa Universidade para Todos, que oferece a estudantes de baixa renda bolsas de estudos em instituições privadas de Ensino Superior; Programa Escola Acessível, cujo objetivo é melhorar as condições de acessibilidade nas escolas públicas de ensino regular, incluindo sua estrutura física e recursos didáticos e pedagógicos; Educação em Prisões, que dá apoio técnico e financeiro ao

ensino de jovens e adultos do sistema penitenciário; Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas, que oferece cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que visa aumentar o investimento financeiro federal em ações e projetos educacionais dos estados, incluindo toda a educação básica. (p.2)

Assim, considerando a educação um direito social garantido ao cidadão pela Constituição Federal, podemos afirmar que as políticas educacionais fazem parte do desenvolvimento do nosso país, contribuindo para mudar o Brasil que conhecemos. (FACULDADE UNYLEYA, 2019)

A sociedade deve ter participação ativa na criação de programas e ações voltados para área educacional, levando ao poder público suas sugestões e demandas e exigir do governo um ensino de qualidade assegurado pela lei, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (FACULDADE UNYLEYA, 2019)

Para serem concretizadas, as políticas educacionais precisam levar em consideração vários aspectos relacionados à atual realidade da educação brasileira, inclusive a situação de vulnerabilidade social em que se encontram diversos alunos. (FACULDADE UNYLEYA, 2019)

Entre esses aspectos, podemos citar: escola para todos, educação de qualidade, eliminação do déficit de aprendizagem, conciliação entre trabalho e atividades escolares, combate à evasão escolar, ambiente jovem e acolhedor, integração a iniciativas de combate à miséria e esclarecimento sobre o papel da escola. (FACULDADE UNYLEYA, 2019)

POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA O ENSINO MÉDIO NA ATUALIDADE

Quando falamos de políticas curriculares para o Ensino Médio, estamos nos esforçando para obter respostas para as questões da ampliação da jornada escolar.

A escola, concebida como instrumento de valorização do conhecimento, contribui para acabar com a desigualdade social e tornar a sociedade democrática, prestando serviço aos interesses populares, garantindo um ensino de qualidade, com a apropriação dos conteúdos escolares, mas com repercussão na vida dos educandos.

Neste segmento, as políticas curriculares tornam-se instrumento de pesquisa principalmente no processo de ensino-aprendizagem em que o currículo

escolar desempenha um importante papel. O real significado do currículo é determinado pela prática, pois “o que importa não é o que se diz que se faz, mas o que verdadeiramente se faz” (SACRISTÁN; GÓMES, 1998, p.133).

Segundo Hofling (2001), “a educação é entendida como uma política pública social”, o que a faz ser responsabilidade do Estado, e deve ser pensada por todos os setores da sociedade, em especial os que estão diretamente envolvidos com esse campo de ação. Para falar de políticas curriculares, destacamos de início a compreensão de Busnardo, Abreu e Lopes (2011):

Compreendemos que as políticas curriculares são processos de negociação complexos, os quais estão associados à produção dos dispositivos legais, aos documentos curriculares, à prática dos professores. Os textos produzidos nesses contextos são tentativas de representação das políticas e expressam disputas pela legitimação de determinadas visões de currículo” (BUSNARDO; ABREU; LOPES, 2011, p.96).

Política de currículo é um processo muito amplo e multiforme, onde as escolas, secretarias, consultores e políticos estão envolvidos de forma relacional produzindo discursos em torno da educação e lutando pela definição dos sentidos de currículo. Toda decisão dos conteúdos e das práticas, são escolhas tomadas a partir das instâncias de decisões políticas e administrativas, estabelecendo as regras do jogo do sistema curricular e planejando um campo de atuação com um grau de flexibilidade para os diferentes agentes moldadores do currículo. As políticas curriculares não devem ser vistas somente através do documento curricular que expressa os resultados, mas precisa considerar que a elaboração passa por vários processos de negociações e discussões que transcendem os limites dos representantes governamentais, sendo pensadas no âmbito social, elas estão conectadas à regulação do conhecimento, a realidade escolar e com o papel que é desempenhado por cada ator educativo e conseqüentemente às decisões relativas à construção do projeto formativo.

Talvez o mais complexo desafio seja as possibilidades de diálogo entre teoria curricular e o cotidiano da escola, segundo Thiesen:

A ideia de currículo ainda aparece entendida como instrumento técnico, prescritivo e formal, que deve ser extremamente pensado antes de ser desenvolvido; que a teoria deve ser produzida fora da escola, sobretudo por pesquisadores e universidades; a crença na dicotomia entre teoria e prática; sobrecarga de tarefas e desvalorização profissional, o que os aprisiona na reprodução de saberes; o desinteresse dos educadores para com o debate teórico sobre currículo; a didatização assumida pelo livro didático; as dificuldades de discernimento conceitual entre teoria curricular, política curricular e currículo escolar. (2012, p.132)

Em sala de aula o educador e o educando estabelecem relações e adquirem significado ao conhecimento que são julgados importantes ou não, os assuntos e conteúdos abordados não são todos reconhecidos como parte oficial de um currículo, e com isso muitos profissionais da educação e educadores apontam questões sobre o que deve ser ensinado nas escolas. Neste viés, os conteúdos, a diversidade, a historicidade, a cultura, a localização geográfica, problemas sociais, etc., são temas pertinentes, que têm instaurado dúvidas e/ou ideias na composição de um currículo que condiz com as necessidades e expectativas dos educandos, professores, escolas e sociedade. A finalidade do currículo, segundo Sacristán (1998) é delinear os projetos educacionais, organizar e desenvolver o ensino, refletir a prática nas escolas e moldar essa prática de acordo com as necessidades da comunidade escolar, contextualizando os interesses e perspectivas dessa comunidade e sociedade.

Segundo o autor supracitado, deve haver consideração com a relevância de trabalho do educando na matéria:

Habilidades específicas que pode desenvolver e que precisa para continuar progredindo na mesma, o método com o qual elabora o conhecimento, os valores relacionados com este, suas projeções na vida real, a atenção para atitudes favoráveis quanto a essa matéria, os processos de pensamento que estimulam seu estudo, etc. (SACRISTÁN, 1998, p. 127).

Já não é tão importante aprender apenas o conteúdo dos componentes, mas como se pesquisa esses conteúdos e como podem ser relacionados com os temas na atualidade, na prática cotidiana; o docente tem o dever de enriquecer os currículos com novos conhecimentos para garantir aos seus alunos uma rica produção de leitura e significados. Mas mesmo com todo o avanço do conhecimento ainda existem “filhos de pessoas mais populares que são vítimas de muitos anos de discriminação, marginalização, segregação na sociedade, em meio também ao avanço da miséria, da fome, das doenças, baixa renda (ARROYO, 2013, p.48).”

Arroyo (2013) afirma que é oportuno que se estabeleça eixos de estudo, com temas pertinentes à cada realidade escolar, com o intuito de identificar o público que os compõem, a fim de conhecer suas experiências e perceber que esses coletivos integram a sociedade. Reconhecer as identidades dos sujeitos da educação e, a partir, disso, contextualizar o ensino, refletindo uma educação voltada para a busca da integração e participação da sociedade.

A LDB, lei nº 9394/96, apresenta o Ensino Médio como última etapa da Educação Básica, antecedido do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, sobre estas políticas de currículo os autores afirmam que:

A política norteadora da reforma curricular esteve articulada ao pressuposto de uma propalada necessidade de articulação entre demandas da economia e educação escolar. Esse pressuposto se mostrou ora de forma explícita, ora subsumido no interior dos dispositivos legais que fundamentaram e normatizaram a reforma do Ensino Médio no momento imediatamente após a promulgação da LDB. No que diz respeito à reforma curricular, o pressuposto da necessidade de adequação da escola média às demandas da economia traduzia-se na necessidade de mudança do paradigma curricular. De modo recorrente as proposições das DCNEM (1998) e PCNEM afirmavam que a organização do currículo com base nos saberes disciplinares tradicionais não mais responderia às demandas da esfera produtiva, especialmente no que diz respeito à formação para o mundo do trabalho. Em substituição, foi proposta a organização curricular com base na definição de competências e habilidades (BERNARDIM, SILVA, p.27).

A partir dos anos 2000 no cenário político que o Brasil se encontrava, a educação brasileira passa por uma série de discussões e encaminhamentos com a elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE), alguns autores dão destaque a Emenda Constitucional nº 59/2009, que em 2001 e 2014 direcionam o acesso ao ensino Médio como última etapa da Educação Básica, que segundo estes, implica em alguns fatores fundamentais como:

A ampliação do financiamento e na criação de possibilidades curriculares que propiciem a atribuição de novos sentidos ao currículo e à experiência vivida na escola pelos jovens (e adultos) que a frequentam, considerando a diversidade das culturas e identidades juvenis, as necessidades e expectativas de seus sujeitos, e as demandas da sociedade atual (BERNARDIM; SILVA, 2014, p.29).

Havia algumas limitações nos documentos curriculares nos períodos entre 1996 e 2000 que apontava para a universalização do acesso ao Ensino Médio, a permanência e o sucesso escolar dos educandos. Segundo os resultados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Em 2009 foram elaboradas novas políticas curriculares, dentre elas podemos destacar em nível nacional a publicação dos PCN+ em 2002, a criação do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) em 2009, a aprovação e publicação de novas DCNEM em 2012, e ainda o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio em 2013. No dia 16 de fevereiro de 2017, foi aprovada a Reforma do Ensino Médio através da Medida Provisória nº 746 de 2016 modificando assim a LDB e causando discussões entre alunos, professores e comunidade. O PNE em vigência também aponta para a construção da Base Nacional Comum Curricular-BNCC, de maneira que esta pretende deixar claro os conhecimentos essenciais aos quais todos os estudantes

brasileiros têm direito a acesso e se apropriar durante toda a sua trajetória na Educação Básica, ela representa, uma conquista social, sendo que participar da sua construção é direito e dever de todos.

Nesse sentido, Garcia (2013, p.61) aponta que vivemos um momento histórico cujas perspectivas para o Ensino Médio priorizam “não o que se espera do estudante (expectativas de aprendizagem), mas seus direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento”. De acordo com Apple, 2013:

O currículo nacional possibilita a criação de um procedimento que pode supostamente dar aos consumidores escolas com 'selos de qualidade' para que as 'forças de livre mercado' possam operar em sua máxima abrangência, ou ainda que um currículo nacional possa servir de parâmetro para que os pais possam avaliar as escolas, ou mesmo para que através deste a escola preste conta à sociedade acerca do seu trabalho.

Assim, observamos uma grande mudança no currículo do Ensino Médio, onde propõe itinerários formativos de livre escolha dos estudantes, e esse caráter de flexibilidade do Ensino Médio não vem para atender aos interesses de formação das juventudes, mas talvez o interesse desesperado por se inserir no mercado de trabalho e de consumo. Apesar de acreditarmos que a educação necessita de mudanças e ajustes nas políticas públicas, a construção dessa reforma educacional restringiu os pressupostos em abordagens tecnicistas, sendo que, mais uma vez, não leva em consideração a real situação histórico-social do educando e da escola, projetando um ensino voltado mais para uma formação focada na empregabilidade do que no trabalho, com um objetivo traçado de: profissionalizar. Mas se o Ensino Médio é a última etapa da educação básica, seus objetivos teriam que ser voltado para a preparação dos educandos como seres pensantes, críticos e atuantes onde pudessem fazer suas escolhas e trabalhar em uma sociedade democrática e realmente humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos sobre políticas, políticas educacionais e o currículo na atualidade para o ensino médio e podemos concluir que temos diversos tipos de políticas dentre elas políticas públicas, fiscal, monetária e social. Mas podemos definir política como uma ação dos cidadãos para eleger um responsável que melhor atenda a população, através de decisões importantes. As políticas

educacionais são responsáveis para garantir uma educação para todos e de qualidade.

Com as mudanças no currículo do Ensino Médio, vemos a flexibilidade não para atender os interesses na formação dos jovens, mas para a entrada deles no mercado de trabalho, com uma educação voltada para a profissionalização.

Com base em ser a última etapa do ensino básico, os objetivos das escolas de nível médio teriam de ser voltados para a preparação do educando como um ser pensante e pronto para viver na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michel. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Currículo, Cultura e Sociedade. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Curricular. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_em_baixa_site_110518.pdf> Acesso em: 02 mai. 2020.

BEZERRA, Juliana. O que é política. Toda matéria. 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/o-que-e-politica/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/135-avaliacao>> Acesso em: 02 mai. 2020.

BRUINI, Eliane. O que é política educacional?. Brasil escola. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-que-politica-educacional.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

MACHADO, L. C. GILVAN. A formação do professor no ensino médio no Brasil e o plano nacional de educação, 10. 2016, Unisul. Santa Catarina: p.85-101

MPF, Turminha. O que é política?. EBC. 2016. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2016/04/o-que-e-politica>> . Acesso em: 28 abr.2020.

OLIVEIRA, L.M; GIBOSKI, G. Políticas de currículo e ensino médio: o percurso até a (contra) reforma. In: EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 8., 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017. p. 01-18.

O que são as políticas educacionais. Blog Faculdade Unyleya. 2019. Disponível em: <<https://blog.unyleya.edu.br/insights-confiaveis/o-que-sao-as-politicas-educacionais/>>. Acesso em 28 abr. 2020.

CURRÍCULOS DOS AUTORES

Alessandro Alves Santos

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém. E-mail: alessandro.arte@hotmail.com

Amanda Batista Do Nascimento Souza

Anderson Funai

Enfermeiro, Doutor em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, anderson.funai@uffs.edu.br

Andressa Vendruscolo dos Santos

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Carmem Kistemacher Barche

Doutoranda em Gestão da Informação e Mestra em Administração pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Possui interesse principalmente nas áreas de: Administração Geral, Gestão da Informação, Inovação, Competitividade, Gestão Estratégica, Tomada de Decisão, Alianças Estratégicas, Sustentabilidade e Economia Circular. Professora-Tutora na Escola de Negócios da PUCPR. Orientadora de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Claudio Neves Lopes

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém. E-mail: claudiooliveira.pedagogo@gmail.com

Dariane Duarte

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém. E-mail: dariane-duarte@hotmail.com

Emilio dos Santos Aguiar

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Fernanda Cristina Barbosa Pereira Queiroz

Realizou o pós-doutorado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação na Universidade Federal do Paraná (2015). Coursou a graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1997), o mestrado e o

doutorado em Engenharia de Produção na Universidade Federal de Santa Catarina (1999 e 2003). Foi Assessora de Planejamento Institucional, Coordenadora do curso de Graduação em Economia, Coordenadora de Pesquisa de Mercado e Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC, 2000/2009). Desenvolveu consultoria para implantação de uma Universidade em Angola (África). Desde 2009 é professora do departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Foi coordenadora do curso de graduação em Engenharia de Produção e chefe do Departamento de Engenharia de Produção da UFRN. É avaliadora de cursos (INEP/MEC). Foi avaliadora de Instituições. Foi fundadora do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia de Produção da UFRN. É docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação na Universidade Federal do Paraná. Tem experiência nas áreas de Métodos Quantitativos, Gestão Organizacional e Gestão da Qualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão da inovação e conhecimento, lean seis sigma e gestão universitária.

Guilherme Laranjeira Mendonça Oliveira

Mestre em Educação - Formação de Professores e Gestores pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), pós graduado em MBA de Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), possui formação em Engenharia Química pela Universidade Santa Cecília (UNISANTA) e Licenciatura em Matemática pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Isabel Cristina Schweig

Acadêmica do sétimo semestre do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, estagiária da 148ª Zona Eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, pesquisadora com enfoque em Direito Civil e Direito Processual Civil, possui participações em congressos e simpósios nacionais e internacionais.

Jackeline dos Santos Bataglia

Mestranda em Ensino (UTFPR); Pedagoga pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), especialista em Psicopedagogia no processo de ensino-aprendizagem (Claretiano); Arte e Educação (Claretiano); Educação Especial (FAVENI); Neuropsicopedagogia com ênfase em reabilitação cognitiva (FAMART) e Práticas

Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (IFRN).

Jaine Meurer

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Julia Canci

Graduanda em Medicina pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Leonardo Damasceno

Graduando em Medicina pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Marcela Martins Furlan de Leo

Enfermeira, Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, marcela.leo@uffs.edu.br

Marcus Vinicius Peralva Santos

Professor Formador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da parceria entre a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Doutor e mestre em Geologia, com especializações na área de meio ambiente, gestão, educação e RH. Graduado em Ciências Biológicas, Pedagogia e Marketing.

Maria do Carmo Duarte Freitas

É professora Titular da Universidade Federal do Paraná, graduada em Engenharia Civil pela Universidade de Fortaleza (1996), mestrado e doutorado na Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999, 2003) e pós-doutorado em Educação na Universidade de Málaga (2016). Atua no PPG em Gestão da Informação e no PPG em Engenharia Civil. Foi bolsista produtividade da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2018-2021). Participa de uma Rede de Educação Superior Iberoamericana - RESIB - com quem compartilha investigações no campo da inovação em educação com ênfase na formação de competência docente digital, educação aberta, Massive Open Online Courses (MOOCs), aprendizagem colaborativa, modelagem e avaliação de curso por

competência. Agregou as suas pesquisas na área de engenharia o aprendizado com colegas da gestão da informação e do conhecimento ampliando e inserido temas como engenharia da Informação e do Conhecimento, Lean Thinking e as aplicações do Lean Office e Lean Information, soluções tecnológicas e sustentabilidade aplicada a construção civil - economia circular. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - estão presentes em todas as suas pesquisas.

Mariana Rita de Paulo

Acadêmica do 7º semestre de pedagogia na universidade federal de Mato Grosso do Sul.

Marlene Tamanini

Professora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade.

Michele Abib Pernice

Faculdade Sul Paulista de Itanhaém. E-mail: michelepernicedocencia@gmail.com

Mirian Revers

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Rutielen dos Santos Souza

Bacharelado em Enfermagem pela Universidade Salvador (UNIFACS). Coordenadora da MAE - Movimento ativista de Enfermagem. Terapeuta holística com foco em Auriculoterapia, acupuntura auricular, massoterapia, liberação miofacial, ventosaterapia.

Tayná Kalindi Limpas Vieira da Rocha Leite

Gerente Sênior de Direitos Humanos e Gênero no Pacto Global da ONU, Mestra em Sociologia (UFPR), Doutoranda em Ciência Política (UNB).

Wilgner Gabriel Albuquerque

Acadêmico do sétimo semestre do curso de Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, estagiário da 3ª Promotoria Criminal do Ministério Público da cidade de Erechim-RS, pesquisador com enfoque em Direito Penal e Direito Processual Penal, contudo, produtor de trabalhos acadêmicos que envolvam questões pertinentes do Direito Contemporâneo, possui publicações em periódicos on-lines e participação em congressos e simpósios nacionais e internacionais.

ISBN 978-658601304-7



uniatual
EDITORA